

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 10 DE NOVEMBRO DE 2017

NÚMERO 7.194

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: PÁGINAS TIRAGEM: 3 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 010ª Sessão Solene realizada em 31/10/2017 2 Ata da 104ª Sessão Ordinária realizada em 07/11/2017 6</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa 8</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 8 Extratos 17 Portarias 23 Projetos de Lei 23 Termos de Doação 24</p>
--	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 010ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, DE CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE AO SENHOR ODACIR ZONTA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor, secretário adjunto do estado da Agricultura e da Pesca, Ailton Spies, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Natalino Lázare;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Altair Silva;

Excelentíssimo senhor deputado estadual José Milton Scheffer;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal Regional Eleitoral - TRE-DF, Jackson Di Domenico;

Senhor consultor da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Odacir Zonta;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão

solene foi convocada por solicitação da Mesa Diretora, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, para concessão de Título de Cidadão Catarinense ao senhor Odacir Zonta, por proposição do excelentíssimo deputado Natalino Lázare;

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Registramos, ainda, a presença das seguintes autoridades:

Senhor diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Neuto Fausto de Conto;

Senhor presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc, André Gaidzinski;

Senhor presidente da Federação dos trabalhadores na Agricultura - Fetaesc, José Walter Dresch;

Senhor superintendente do Senar-SC, Gilmar Antônio Zanluchi;

Senhor presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/SC, José Zeferino Pedrozo;

Senhor presidente da Organização

das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc, Luiz Vicente Suzin;

Senhor vice-presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina - Fecoagro/SC, João Carlos Di Domenico;

Senhor vice-presidente da Aurora Alimentos, Neivor Canton;

Senhor diretor tesoureiro da Associação dos Magistrados Brasileiros, Rafael Sandi, neste ato representando o senhor presidente Jayme Martins de Oliveira Neto;

Senhor presidente da Associação Amigos da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues;

Senhor presidente da Cooperativa Agropecuária Sul Catarinense - Coopersulca, Arlindo Manenti;

[Degravação: Tayliny da Silva]

Senhora conselheira da Sicredi - Aliança Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Jacira Farina;

Senhor presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina - OCESC, no período de 1992 a 1997, José Norberto Kretzer;

Senhor presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina - Sintagri, Antônio Tiago da Silva, neste ato representando o senhor presidente da Cooperativa de Trabalho Técnico Agrícola, Nei Antônio Kukla;

Senhor secretário parlamentar Anibor Prochnow, neste ato representando o excelentíssimo senhor senador da República, Paulo Bauer;

Senhor chefe de gabinete da Presidência, Rodrigo Carioni, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc, Glaucio José Côrte;

Senhor assistente de gabinete Luiz Alberto Jacobus, neste ato representando o excelentíssimo senhor secretário de estado da Agricultura e Pesca, Moacir Sopela;

Senhor presidente estadual, do Podemos-SC, Vilson Sandrini Filho.

Convido, neste momento, o senhor deputado Natalino Lázare para fazer uso da palavra, na condição de proponente do projeto que deu origem a Lei Estadual n. 17.236/2017, de 05 de setembro de 2017, concedendo o Título de Cidadão Catarinense ao senhor Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Cumprimento o senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck; o excelentíssimo senhor secretário adjunto da Agricultura e Pesca, doutor Airton Spies, que nesse momento representa sua excelência, o governador do estado, João Raimundo Colombo; o excelentíssimo senhor deputado estadual Altair Silva; os excelentíssimos colegas e deputados estaduais José Milton Scheffer e Neodi Saretta; o excelentíssimo senhor desembargador eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Jackson Di Domenico; o homenageado, ex-deputado, ex-secretário e ex-prefeito, Odacir Zonta. E, se me permitem, ao citar as ilustres autoridades que compõem a mesa de honra, cumprimento todas as autoridades já nomeadas pelo protocolo, empresários, amigas e amigos.

Em primeiro lugar, eu quero dizer, Zonta, e vou chamá-lo, daqui para frente, de Zonta, esta é uma homenagem da qual fui um mero instrumento, pois na verdade essa é uma homenagem da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Quando nós fomos em busca de assinaturas para fazer a indicação, que é um procedimento formal, normal, nesta Casa, houve a aquiescência e 100% de adesão, portanto, vossa excelência teve uma unanimidade que jamais vi na minha história política. E esse deputado, evidentemente, que foi o instrumento desse procedimento, mas é uma homenagem que Assembleia Legislativa, os 40 deputados prestam nesse ato ao senhor.

De manhã, quando acordei, pensei, Suzin: eu vou para o gabinete mais cedo, hoje, pois devo escrever alguma coisa para essa solenidade. Sabia que viriam tantas e tão ilustres autoridades, nesse momento, aqui; tantas e tão ilustres personalidades ligadas à agricultura e ao agronegócio, então pensei: tenho que caprichar.

Mas quando comecei a rascunhar alguma coisa, pensei sobre as motivações e as razões que me levaram a propor essa indicação do Título de Cidadão Honorário ao ex-deputado e secretário Zonta. Primeiro, descobri que ele não é catarinense, é gaúcho, e esqueci de perguntar se é Gremista ou Colorado, essa pergunta ainda não fiz. Mas quais foram às razões que me levaram a isso?

Comecei a pensar, e a primeira pergunta que me fiz foi: quem é o Zonta? E não consegui definir, sinceramente. Aí a definição clássica foi essa: o Zonta é o Zonta. Por que? Porque o Zonta tem uma característica que é dele, peculiar, é do jeito dele, não é Zezo?

Aí eu pensei, o Zonta é, tenho essa consciência, uma pessoa extremamente simples, extremamente prática, extremamente sintonizado com as pessoas simples, com a agricultura, com o agronegócio, com a lida do campo e com a lida da agricultura. Então, para que buscar palavras difíceis, ou fazer um discurso eloquente, rico em retórica? Assim, pensei que devíamos fazer algo de acordo com a personalidade dele.

Por isso, eu me sinto muito a vontade, Zonta, nós que somos do interior, nós que somos da agricultura, em falar dessa forma para você, nessa noite, na presença de colegas deputados e tão ilustres personalidades, porque penso que a Assembleia Legislativa resgatou, deputado Silvio, um dever de justiça. Vossa excelência me contou que é cidadão honorário do Mato Grosso, e não era cidadão honorário catarinense, então, Walter, de fato é a oportunidade de, hoje, prestarmos esta homenagem justa ao Zonta.

Vejo aqui vocês, ligados ao agronegócio, e penso, senador Neuto de Conto, que nós devemos muito ao Zonta, pois se procuramos lembrar, lá no início da vida dele, percebemos o quanto ele foi importante para a atividade da agricultura e do agronegócio de Santa Catarina.

E eu aprendi a te admirar, Zonta, não só pela tua capacidade, inteligência e liderança, pois foi teu prefeito, deputado e secretário, mas aprendi a te admirar por uma razão muito simples, você sempre foi o mesmo Zonta. Não é verdade, Neivor, vocês conviveram muito tempo, e ele sempre foi o Zonta, do mesmo jeito, se tinha cargo ou se não tinha, ele sempre teve o mesmo comportamento. E isso, hoje, tem que ser falado, pois eu, pessoalmente, levo muito em consideração. *[Degração: Taquígrafa Sara]*

Então, Zonta, sem me alongar muito, fui um instrumento para apresentar essa proposição, e que é hoje uma homenagem que Assembleia Legislativa presta a você, pelo teu jeito de ser, pela tua personalidade, pela história que você construiu, bonita, ligada ao agronegócio.

E quero ser ousado, com certeza, se não fosse a tua determinação, a tua vontade, o teu jeito na luta em defesa da agricultura e do agronegócio, quem sabe não teríamos os números que temos, hoje, na agricultura e no agronegócio de Santa Catarina.

Por isso, parabéns, sinto-me muito honrado em ser o proponente da solenidade desta noite, e fico muito honrado em tê-los

todos aqui. E além da homenagem, Zonta, que estamos prestando nessa noite a você, penso, deputado Silvio, presidente da Assembleia, que também é uma homenagem que estamos hoje proporcionando à agricultura e ao agronegócio do estado de Santa Catarina.

Essa é a minha intenção, de poder nessa noite homenagear vocês, que são os heróis que fazem a agricultura se tornar forte, que fazem com que a nossa agricultura tenha destaque a nível nacional e internacional. Vejo vocês todos que representam esse importante setor, aqui estão o Zezo e o Walter Dresch, vocês que representam milhares e milhares de associados, e representam os sonhos de muita gente, e, com certeza, esses sonhos um dia foram acalentados pelo Zonta.

Um rei chamou um dia o sábio, e eu imagino que, transportando para a era atual, sábio equivale ao profissional do *marketing*, o marqueteiro. E o rei chamou o sábio e perguntou para ele: sábio, eu preciso te fazer três perguntas. A primeira pergunta é qual o momento mais importante dessa vida, a segunda pergunta é qual a pessoa mais importante dessa vida, e a terceira pergunta é, afinal, qual a missão mais importante dessa vida. E o sábio pensou um pouquinho, refletiu e respondeu ao rei: o momento mais importante dessa vida é o momento presente, é o momento o qual vivemos; a pessoa mais importante da vida é a pessoa que está ao seu lado; e a missão mais importante dessa vida é tornar essa pessoa feliz.

Tenho certeza Zonta, que você tornou muita gente feliz com seu trabalho. Quero convidar a todas e a todos, nessa noite, para fazermos um gesto diferente, proporcionando um momento diferente para as pessoas que estão perto de nós e que, sobretudo, façamos com que essas pessoas se sintam felizes com a nossa presença, com a nossa participação.

Zonta, parabéns! Sucesso e felicidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Registro, ainda, a presença do senhor presidente da Cidasc, Enori Barbieri.

Convido o mestre de cerimônias para discorrer sobre o homenageado desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Odacir Zonta, nascido na cidade de Encantado, estado do Rio Grande do Sul, em 18 de julho de 1945. Contabilista e professor, já ocupou diversas funções públicas, e tem vasta atuação no cooperativismo catarinense e brasileiro.

Exerceu o cargo de vice-prefeito de Ipumirim, por duas vezes, entre 1969 e 1973, e 1973 e 1979. Posteriormente, foi eleito prefeito de Concórdia para o exercício de 1989 a 1992; deputado estadual de Santa Catarina, na 13ª legislatura, de 1995 a 1999, e na 14ª legislatura, de 1999 a 2003.

Odacir Zonta também foi deputado federal entre 2003 e 2010, atuando de forma destacada na área do cooperativismo, onde deixou grande legado.

Atualmente é consultor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Em reconhecimento à meritória carreira e a sua dedicação, notadamente no setor agrícola, para com o estado de Santa Catarina, foi concedido o Título de Cidadão Catarinense ao senhor Odacir Zonta, pela Lei nº 17.236 de 05 de setembro de 2017, de autoria do senhor deputado Natalino Lázare.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado Silvio Dreveck, presidente do Parlamento catarinense, acompanhado do senhor deputado Natalino Lázare, para fazerem a entrega do Título de Cidadão Catarinense ao senhor Odacir Zonta.

Convidamos o senhor Odacir Zonta para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos ao senhor presidente Silvio Dreveck, e ao senhor deputado Natalino Lázare.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL, e durante a semana será reprisada.

Acompanhe a programação.

Obrigado! [Degravação: Cinthia de Lucca]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra, o cidadão catarinense, senhor Odacir Zonta.

O SR. ODACIR ZONTA - Senhor deputado Silvio Dreveck, presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina; senhor deputado Natalino Lázare, que nos deu a honra deste momento, cuja iniciativa foi acompanhada pelo Parlamento na sua totalidade; senhores deputados Neodi Saretta, Altair Silva, José Milton Scheffer; senhor Airton Spies, secretário adjunto de estado da Agricultura e Pesca, representando o senhor governador; meu amigo de muito tempo, um catarinense em Brasília, desembargador Jackson Di Domenico, representando o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. É uma honra tê-lo aqui conosco. Veio especialmente para este momento. Obrigado!

Gostaria de cumprimentar todas as lideranças presentes, nas pessoas de Luiz Vicente Suzin, representando o cooperativismo catarinense; Zezo Pedroso, representando a Federação da Agricultura e os agricultores, juntamente com Gilmar Zanluchi; José Walter Dresch, representando os agricultores familiares do estado; quero saudar o doutor Rafael Sandi, representante da Associação dos Magistrados do Brasil, que acaba de nos dar a honra e o prazer da certificação ética do trabalho de toda a nossa vida, convidando-nos a ser um representante da AMB junto ao Congresso Nacional, prestando serviço de consultoria;

Quero cumprimentar, também, por uma questão de proximidade, o Neivor Canton, representando a Cooperativa Aurora, e com o qual, desde os 12 anos, convivemos em Ipumirim; doutor Neuto Fausto de Conto, representante do BRDE, juntamente com Adamir e Anselmo, que embora sejam aposentados, ainda estão aqui; o senhor representante da Facisc; o senhor representante do senador Paulo Bauer; os senhores presidentes de cooperativas e sindicatos; a conselheira Jacira

Farina, da Sicredi; funcionários da Federação das Cooperativas, o Ivan Ramos, que é o nosso baluarte no sistema agropecuário cooperativo, sempre presente, e com o qual tivemos uma convivência muito grande, junto com José Norberto Kretzer e outros mais.

Gostaria especialmente de cumprimentar e falar da importância de um dos grandes valores que cultuamos na vida, que aprendemos desde criança com nossos pais, que é a família. Ela é o nosso maior patrimônio, a verdadeira cidadania se busca através da família. A minha esposa Rita, guerreira, a quem devo parte dessa carreira e o meu suporte. Já são 51 anos de matrimônio, e ela enfrentou os maiores desafios, enquanto prestávamos o nosso trabalho, quer na vida pública, quer no associativismo, ou em nossas atividades atuais. E aqui se fazem presentes os filhos Clodoaldo, Ronaldo, minha nora Vanessa e a querida neta Caroline, também a minha sobrinha Suzane que representa a nossa família;

Quero cumprimentar também todas as lideranças e a imprensa.

Gostaria de dizer que este é um momento que jamais vamos esquecer, de muita honra, de muita alegria e de muita emoção. Afinal, o deputado Natalino Lázare agraciou-me com esta honraria, que é o maior galardão, e por unanimidade dos deputados da Assembleia Legislativa, nos remetendo a uma responsabilidade ainda maior para o futuro. Pretendo dignificar essa atitude, continuar sendo útil, olhando à frente para os setores produtivos, para aqueles que nos dão oportunidade de continuar o trabalho.

Eu queria agradecer aos 40 senhores deputados do Parlamento catarinense; ao deputado Natalino Lázare, que marcou a nossa vida com essa atitude, assim como os demais parlamentares. Marcou pela simplicidade, marcou pela oportunidade desta homenagem.

Quero ressaltar a presença, aqui, de lideranças do cooperativismo, que foi o norte na minha vida, e continua a ser; também da agricultura, razão da nossa luta cotidiana; a presença da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, Facisc, que nos deu a oportunidade também de estar aqui; as autoridades do Poder Judiciário, já referidas, que nos dão oportunidade para este novo momento da nossa vida.

Tudo é um novo reinício, a idade não importa, mas, sim, a disposição, a vontade, olhando para frente e buscando ser útil. Útil à família, à comunidade, aos segmentos que buscam a sua participação, com honradez, com ética, com valores preservados, aqueles que aprendemos desde os primeiros dias de vida, com os nossos pais, e que, graças a Deus, mantivemos até agora. Este certificado que recebemos hoje, assim como a presença da Associação dos Magistrados, é mais do que um certificado, é uma demonstração daquilo que foi a nossa lisura na vida pública, política, no cooperativismo e também nas atividades privadas.

Vim do Rio Grande do Sul com meus pais, pequenos agricultores, com 45 dias de vida. Eles vieram em busca de um pedaço de terra catarinense, pois ainda não tinham no

estado rio-grandense. Instalaram-se em Lindóia do Sul e continuaram como agricultores, nos ensinando a humildade, a importância do trabalho do dia-a-dia, a determinação e os valores. [Degravação: Taquígrafa Elzamar]

O que é dos outros, é dos outros - dizia meu pai e minha mãe. O que é nosso, é nosso. Jamais e em nenhuma circunstância deve querer utilizar-se daquilo que é dos outros. Na lavoura, planta-se e colhe-se. Tem uns que não plantam e colhem. Assim é na vida. Mas meus pais me ensinaram que quem planta, colhe, cultivando bem as plantas, separando-se os inços, que são os entraves da vida, as oportunidades nefastas da vida.

Depois veio a oportunidade de podermos buscar o conhecimento. Fizemos o ensino médio, de contabilista. Exercitamos, durante 15 anos, a profissão de técnico em contabilidade. Então veio a oportunidade da vida política, aos 21 anos, com o então prefeito de Ipumirim, Isidoro Giacomo Savaris, a quem eu faço questão de fazer referência aqui. De lá para cá, sempre orientado, e pela oportunidade que tive no pequeno município de Ipumirim, em dois momentos: como vice-prefeito e depois como prefeito de Ipumirim.

Então, veio o chamado do cooperativismo. As entidades do sindicalismo, o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos rurais nos chamaram para que fôssemos para o cooperativismo ter uma presença lá. O Ivan foi responsável por boa parte disso também, porque ele motivou este momento. No cooperativismo, nós aprendemos muito. Aprendemos a trabalhar mais, convivendo com as pessoas, com espírito de união, sendo o leito do rio e não as margens; nem o capitalismo selvagem, nem, naturalmente, o socialismo extremado, mas o leito do rio. Esse é o melhor modelo de organização de sociedade para as pessoas em todas as atividades no mundo, e, aliás, é a maior organização do mundo, como é hoje a maior organização de pessoas no Brasil. O associativismo é a forma de os pequenos vencerem. E os pequenos fazem parte da nossa vida, porque eu também sou um pequeno. Entendo-me assim. Mas juntos compomos uma grande força.

Tivemos a oportunidade, depois, de aceitar o convite para secretaria da Agricultura, ainda quando éramos presidente da cooperativa pela primeira vez, substituindo o saudoso Wilson Kleinübing, no governo Esperidião Amin. Aí pudemos conhecer mais de perto Santa Catarina, buscando contribuir com o estado, com programas como o Troca-Troca e outros. Em seguida veio a oportunidade de ser prefeito de Concórdia. Recém estava morando em Concórdia e chamaram-nos para esse desafio, que procuramos cumprir com galhardia, conjugando também o esforço como presidente da cooperativa e prefeito de Concórdia. Nesse período, inclusive, tivemos a honra e o prazer de ser o presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, o que para nós foi um momento especial.

Então, veio o momento da Assembleia Legislativa, e aqui chegamos em 1995. No mandato, tivemos a convivência com

muitos deputados. Na época, estava aqui o deputado Silvio Dreveck, mas os demais deputados não estavam. É que somos bem antigos. Depois, no segundo mandato de deputado estadual, tivemos a oportunidade de retornar à secretaria da Agricultura, onde acreditamos, e junto de uma belíssima equipe que montamos com o apoio de entidades constituídas, cooperativismo, federações, associações, sindicatos e demais que estão aqui, partimos para desafios, Spies, desafios de fazer valer o trabalho, a distinção, a diferença do nosso modelo de propriedade, da nossa sanidade, dos cuidados do nosso pequeno agricultor com a assistência técnica da Epagri, Cidasc, empresas e cooperativas.

Buscamos, sim, a suspensão da vacina contra a Aftosa, porque há 10 anos Santa Catarina já fazia a vacinação com agulha oficial. E, por coincidência, começamos a fazer a experiência da vacina oficial, no governo de Wilson Kleinübing, lá por Concórdia. Eu era prefeito e disse: vamos fazer a vacinação do animal por vacinador, porque aí saberemos, teremos consciência de que 100% do rebanho será vacinado. Aí vem o momento da suspensão da vacinação, e a busca da efetivação desse certificado. Desafios ocorreram, e muitos. No Rio Grande do Sul havia focos de Aftosa, na Argentina, no Uruguai. E vem o grande desafio: é uma maluquice ou não, que estamos cometendo, manter o estado com a situação, o *status* que está? Não! Nós éramos orientados por uma equipe técnica capaz, o ministério da Agricultura, a Organização Internacional de Epizootiase, com quem tínhamos um contato permanente, e mantivemos o contato, enquanto o Rio Grande do Sul perdeu.

Acho que contribuimos para que Santa Catarina chegasse ao estágio que tem hoje, como único estado ainda com perspectiva de exportar proteína animal para países que não compram de países que têm a Aftosa sobre controle com vacinação, o Japão, os Estados Unidos, agora a Coreia do Sul e muitos outros mercados exigentes, como a Europa. Acho que essa contribuição nós demos.

E o trabalho teve continuidade pelos governos que vieram depois. Ninguém arredou pé. O Neuto assumiu em seguida como secretário de Agricultura, cito o exemplo, e prestou um grande trabalho, todos prestaram. Nossa vida no cooperativismo permitiu-nos, também, ser mais úteis para Santa Catarina.

Quando tivemos a oportunidade de ir para o Congresso Nacional, procuramos nos identificar dentro do Partido primeiro, porque aprendemos na vida que os iguais se encontram para o bem ou para o mal. Os iguais se encontram, para o bem ou para o mal. Pois, então, vamos procurar os nossos iguais dentro do Partido primeiro. Ficamos em poucos, mas ficamos juntos. [Degravação: *Taquígrafa Cristiani*] E, dentro do Congresso, na época, tinha até mais iguais para o bem, do que tem hoje, lamentavelmente.

Lá, firmamos pé na defesa da agricultura e do cooperativismo, e durante sete anos fomos presidentes da Frente Parlamentar do Cooperativismo Nacional. Aliás, frente parlamentar que nós, quando deputado estadual,

criamos aqui na Assembleia Legislativa, tendo sido o primeiro presidente aqui, também, da Frencoop estadual, na Assembleia Legislativa. Assim, foi possível aprimorar o nosso trabalho, mas, infelizmente, em 2011, acabamos tendo que entregar um cargo eleito, diplomado, certificado, no exercício, por uma decisão de não validar a ficha limpa em 2010, e aí tivemos de vir embora.

Mas, de novo, valeu a pena ter trabalhado com determinação, com honradez, porque não faltaram convites para que prestássemos consultoria. E é isso que estamos fazendo nos últimos seis anos, quer aqui juntos do sistema cooperativo, quer na Federação da Indústria, que nos abriu uma porta muito grande, quer na Associação Brasileira de Proteína Animal, que envolve todo o sistema de agroindústria, de aves, suínos e leite, quer no Sindicato das Indústrias de Ração, em São Paulo, quer no Sindicato das Indústrias de Produtos Veterinários, a OCB também, Bancoob inicialmente, e agora, mais recentemente, como disse primeiro, a Associação dos Magistrados do Brasil nos dando essa oportunidade de continuar sendo útil.

Fiz esta síntese, porque é o momento em que precisamos reconhecer por que chegamos aqui, por que estamos recebendo esta homenagem. Foi por meu esforço pessoal? Não. Todos são agentes que fazem parte dessa conquista, minha esposa, meus filhos, minha nora, meus netos, aqui não está o neto que estuda em Curitiba, toda a família, o cooperativismo, a agricultura, todo o setor produtivo do Brasil e de Santa Catarina tem a ver com isto.

Eu quero, neste momento de emoção, ao agradecer honradamente este título que nos dá cidadania completa para Santa Catarina, dizer que fico grato e quero repartir com todos, a partir da família, este momento histórico e essa conquista, todos aqueles, inclusive os 40 senhores parlamentares, dizendo, presidente Sílvio, Natalino e os demais parlamentares, que nós recebemos o título como um novo desafio. A vida é feita de desafios, e vamos honrar essa decisão de nos conceder este título catarinense, cada vez mais. E vou colocar aqui uma coincidência, o mesmo proponente, deputado Natalino Lázare, foi prefeito e é do município que me deu o primeiro título de cidadão em Santa Catarina, Arroio Trinta, coincidência.

Lógico que, lá atrás, tive a oportunidade de receber o título de cidadão Mato-Grossense, também pelo trabalho prestado, especialmente no cooperativismo. Mas é um momento importante e um momento que, ao encerrar, gostaria de me permitir, já que o Brasil vive um momento tão delicado, para mim é uma vasta e incrível crise de valores que nós vivemos, esta é a maior crise do Brasil, de desesperança em muitos segmentos, de falta de confiança, do jeito brasileiro que andou esparramando o jeitinho, olhando para o umbigo, de um Congresso que precisa ser renovado, sim, de um governo que precisa buscar alternativas para guiar este país e atraparhar menos aqueles que trabalham e produzem, com oportunidade, e o judiciário que presta a sua contribuição.

É o momento de continuarmos acreditando, o Brasil é viável, temos de ter essa esperança, esse potencial, nossa agricultura, o mundo está olhando para o Brasil. A expressão do Xi Jinping, presidente da China, na missão do presidente Michel Temer, com o ministro da Agricultura, Maggi, que ao se pronunciar, iniciou olhando para o ministro Maggi, com a permissão do presidente Michel e falou: eu quero, como primeiro gesto, agradecer a agricultura do Brasil, o agricultor do Brasil, pela qualidade e a quantidade de comida que está oferecendo ao mundo. E eu quero dizer que não tem limite aquilo que nós precisamos neste país, é apenas um exemplo da nação mais populosa do mundo.

Temos desafios, e por isso precisamos acreditar, fazendo um desenvolvimento sustentável, tendo princípios e fazendo uma cruzada para recuperar valores éticos e morais. E aí vem, para a eleição do próximo ano, a presença do eleitor, da eleitora, é hora sim de distinguir, examinar, de escolher bem, com equilíbrio, independente de partido, aqui não se trata de partido, se trata do país, e nós podemos contribuir para um novo momento no país.

O Brasil é viável e é possível, é só olhar o exemplo de Santa Catarina. Seguindo o exemplo de Santa Catarina, o Brasil será um dos países mais desenvolvidos do mundo, tenhamos fé, tenhamos coragem, tenhamos determinação, e essa é a determinação que colocamos aqui. Os desafios estão aí, ninguém pode ficar à beira do caminho, todos estão convidados a fazer esta grande cruzada em favor do novo momento para a nossa família, vamos valorizar a família e vamos tê-la como nosso maior patrimônio.

Minha família, obrigado! Obrigado à Assembleia Legislativa, obrigado às entidades que aqui estão e nos dão tanta força, obrigado povo de Santa Catarina, obrigado Rita, Ronaldo, Clodoaldo, Vanessa, Carol, Suzane, Juninho, e meus pais que já se foram, meus irmãos que estão assistindo, lá de Concórdia, neste momento, um abraço fraterno a todos. Muito obrigado, e a honra do título é uma honra do reconhecimento que nós vamos guardar para a vida, e esperamos ter muitos anos pela frente.

Muito Obrigado e que Deus nos abençoe!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

[Degravação: Iago Zilli]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Antes de encerrar, permitam-me, sobre o homenageado, deputado Odacir Zonta, tecer algumas considerações breves, mas eu não poderia deixar de fazer uma pequena manifestação.

Primeiro, porque tive a oportunidade de conviver com o senhor como deputado estadual, secretário, deputado federal, sendo que inúmeras vezes estive em seu gabinete quando prefeito e, depois, como deputado estadual. E o senhor e a sua família não tenham dúvidas, e todos que estão nessa longa trajetória, tanto da vida profissional quanto da vida pública, por ser um orgulho do Parlamento catarinense, no bom sentido, e tenha certeza, orgulho de todos os catarinenses.

nenses, pela sua dedicação, pelo seu trabalho incansável, pelo seu espírito de liderança no conduzir todas as atividades que exerceu. E nós temos equipe, mas ela precisa ter líder, e o senhor foi, e continua sendo um grande líder, além da competência, capacidade, dedicação e do esforço de não ter horário, nem dia e nem hora.

Nós temos orgulho, sim, pelo seu caráter, pela sua honestidade, que tem credibilidade não apenas em Santa Catarina, como também no Brasil. Valores que hoje são, muitas vezes, invertidos, do que é certo ou

errado. Mas, o senhor sempre manteve e foi um homem correto e honesto, e eu não tenho dúvida de que continuará assim.

Por isso, em nome da Assembleia Legislativa, em nome do Parlamento catarinense, em nome dos catarinenses, sintase enaltecido com este reconhecimento, porque não é apenas, como disse aqui o meu colega deputado Natalino Lázare, um reconhecimento pelo fato de a Assembleia estar realizando, mas, sim, porque ele é justo e meritório. Nosso muito obrigado e meus parabéns!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Presidência agradece a presença das autoridades e a todos que nos honraram com seu comparecimento nesta noite, e convida para o coquetel no *hall* desta Casa.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Degravação: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Kennedy Nunes

Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Aborda o tema Escola Sem Partido, que vem sendo discutido em todo país. Registra a visita a Santa Catarina do procurador do estado de São Paulo, sr. Miguel Nagib, que participou de reuniões onde foi explanado o Projeto Escola Sem Partido no âmbito municipal e estadual. Ressalta que o objetivo do projeto é buscar uma educação mais isenta de doutrinação político-partidária nas escolas. Apresenta vídeos e imagens ilustrando a questão, e enaltece que na Escola Sem Partido o professor deve passar os conteúdos programas, debater os assuntos polêmicos, trazendo os diversos pontos de vista existentes sobre a matéria, e não para fazer o aliciamento de doutrinas políticas ou para impor posição de ideologia de gênero. [Taquígrafa: Cristiani]

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Reclama que a eletrificação rural catarinense não atende satisfatoriamente o agronegócio catarinense, o qual é respeitado

no mundo inteiro, pois envolve uma grande cadeia produtiva e gera desenvolvimento socioeconômico nas regiões produtoras do estado.

Destaca o empenho do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, no sentido de colocar no orçamento da União recursos específicos para solucionar a questão da eletrificação rural em Santa Catarina e, ao mesmo tempo, menciona que apresentará emenda ao Orçamento do estado a fim de contemplar um programa que beneficiará a rede elétrica rural.

Elogia o trabalho desenvolvido pelo presidente da Celesc, sr. Cleverton Siewert, que tem mostrado interesse no tema, bem como a demonstração de parceria do governador João Raimundo. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador)

- Faz referência ao evento realizado no município de Itaiópolis pela passagem dos 99 anos de sua fundação, com a presença do prefeito e de líderes políticos da região. Dentre as festividades, enaltece o desfile que ilustrou as riquezas do município com as etnias polonesa e ucraniana, o resgate histórico da Festa do Boi Ralado, e parabeniza o prefeito pela grande festa de aniversário daquela cidade.

Alude sua visita à Fiesc juntamente com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, ocasião em que prestou homenagem a várias escolas que propuseram ideias inovadoras na educação, destacando a premiação da Escola Júlia Baleoli Zaniollo, do município de Canoinhas, e informa a abertura de licitação para a reforma do ginásio de esportes da referida escola.

Por fim, menciona a licitação de uma agência transfuncional, em Canoinhas, distribuidora de sangue que receberá o nome de Orestes Golanoski, em homenagem ao maior doador de sangue do mundo. Agradece ao secretário Doutor Vicente Caropreso e ao governador Raimundo Colombo a importante liberação de tal distribuidora, beneficiando os usuários do planalto norte. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Discorre sobre o tema das energias renováveis, registrando o acontecimento do 6º Sustentar, no Parlamento catarinense, nos dias 8, 9 e 10. Agradece o apoio das comissões da Casa para o sucesso do evento. Ressalta que estarão presentes os melhores debatedores e palestrantes do Brasil e do exterior, representando o pensamento de parte importante da sociedade brasileira que se preocupa com a sustentabilidade e a produção de energia limpa. Convida a todos para a participarem dos debates.

Também fala sobre a audiência pública da comissão de Direitos Humanos, que acontecerá na presente data para tratar da imigração, pois o estado tem recebido muitos refugiados em busca de oportunidades, considerando que é um direito dessas populações serem devidamente acolhidas. Na audiência serão debatidos temas relativos, e principalmente o Centro de Acolhida aos Imigrantes em Santa Catarina. Menciona que o governo do estado e o ministério da Justiça firmaram um convênio para a implantação do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes e Refugiados - CRAI, e que foram repassados pela União quase um milhão de reais para o estado, mas até a presente data nada foi feito. Destaca que já houve a escolha da entidade, que hoje faz o trabalho de forma voluntária em uma sala de 18m2, na Igreja Santa Terezinha do Menino Jesus, na Prainha. Ressalta que a Pastoral do Imigrante, que é vinculada a Ação Social Diocesana, já realiza este trabalho, e pela sua capacidade técnica e de assessoria foi escolhida para coordenar este centro de referência. Convida a todos para comparecer e participar do evento, esperando que o secretário Comin também se manifeste, pois hoje o atendimento encontra muitas dificuldades, de espaço físico e estrutura para o acolhimento e um atendimento minimamente humanizado. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO

BALDISSERA (Orador) - Comenta que poderia falar sobre a reforma da Previdência e decreto do governo federal, mas prefere discorrer a respeito de uma experiência do Movimento dos Sem Terra, no município de Antonina - Paraná, da dinâmica de trabalho do referido movimento que transformou a área em preservação ambiental e outras partes da terra em produtora de alimentos sem agrotóxicos, gerando emprego e renda aos mesmos, bem como para o estado paranaense. Menciona que as famílias do movimento receberão em Brasília, na data de 21 de novembro, o prêmio 'Juliana Santilli', o selo de reconhecimento e apoio financeiro para intercâmbio de experiências.

Ao citar o fato do referido movimento, faz um contraponto à questão de uma área de Faxinal Guedes, há 26 anos está nas mãos do Incra, propriedade do governo federal, que deveria ser dedicada à reforma agrária, mas que até o momento não aconteceu e, se o espaço estivesse nas mãos do sem terra estaria produzindo alimentos orgânicos, além de gerar renda. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Fala de reunião realizada pela comissão dos Transportes da Assembleia que contou com a presença do dr. Jorge Bastos, de representantes da ANTT, da Auto Pista e de lideranças municipais. Destaca uma questão que vem prejudicando toda região do Vale do Rio Tijucas, ou seja, à dificuldade de acesso de Tijucas à BR-101, e manifesta satisfação pelo encaminhamento dado para a solução do problema.

Ressalta que na reunião também foi anunciada obra importante para Balneário Camboriú e o novo cronograma do contorno viário da Grande Florianópolis com a data final para 30 de dezembro de 2020. Lamenta os atrasos que houve pelo fato da prefeitura de Palhoça autorizar um loteamento na área, fazendo com que a obra que tinha um túnel passasse a ter quatro túneis, trazendo um prejuízo enorme para o andamento da obra do referido contorno. Por fim, garante que a comissão dos Transportes continuará a fiscalizar para que o novo prazo seja cumprido.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela iniciativa da reunião, lembrando o problema de não haver um retorno do lado direito antes do pedágio de Tijucas, o que prejudica os moradores e empresários da região. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o sr. João Cidinei, prefeito de Anita Garibaldi, acompanhado da rainha e princesas, para divulgar a Festa do Imigrante.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou

parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0181/2014.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 00215/2017, de autoria do governador do Estado, que acresce os §§ 3º e 4º ao art. 13 da Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Darcí de Matos, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Milton Hobs e Mauro de Nadal.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com votos contrários dos srs. deputados: Fernando Coruja, Luciane Carminatti, Dirceu Dresch, Neodi Saretta, Maurício Eskudlark e Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0003/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Campanha Janeiro Branco, com o lema "Quem cuida da mente, cuida da vida!", no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0166/2016, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a proibição do uso de pneus inteiros como corpo de proteção contra colisão em pistas de kart, autódromos, estacionamentos, garagens e espaços semelhantes ao ar livre e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0577/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera a ementa e o art. 1º, da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0342/2017, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que concede Título de Cidadão Catarinense ao senhor José Antônio Torres Marques.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0449/2015, de autoria dos deputados Luiz Fernando Vampiro e Romildo Titon, que dispõe sobre a criação do Programa Cadeira de Rodas Motorizada, destinado a pessoas com distrofia muscular progressiva.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fernando Coruja.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0125/2017, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações acerca de valores devidos à Universidade do Vale do Itajaí referentes ao art. 170 da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0251/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada a bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio para a inclusão de emenda orçamentária para o ano 2018, com foco na eletrificação rural, visando ampliar as redes elétricas para o Sistema Trifásico.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0252/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República, apelando para que mantenha a costura e o acabamento como atividades de industrialização sob encomenda e não como serviços.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.018/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; 1.019/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 1.020/2017, 1.021/2017, 1.022/2017, 1.023/2017 e 1.024/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e, 1.025/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0770/2017, 0773/2017 e 0774/2017, de autoria do deputado João Amin; 0771/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0772/2017, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0775/2017, 0776/2017 e 0777/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; e, 0778/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora: Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Orador) - Reporta-se ao falecimento da dra. Lúcia Stefanovich, delegada notável, que prestou mais de 40 anos de serviços dedicados à Polícia Civil, à Segurança Pública e à

sociedade catarinense. Destaca seu desempenho frente a tantos enfrentamentos no dia a dia com doçura, pois muitos policiais eram tratados como filhos adotivos. Salienta que foi a primeira mulher delegada do país, quando assumiu, em 1972, a delegacia da cidade de Rio do Sul, e a única secretária de Segurança Pública, entre 1995 e 1998. E, também, quem criou uma delegacia especializada no atendimento a mulheres, na década de 80.

Lamenta, profundamente, a perda da dra. Lúcia, pois ela era atuante, visionária e grande defensora do PMDB.

Deputado Manoel Mota (Aparteante) - Faz uma rápida referência à dra. Lúcia, enfatizando sua dedicação à profissão que exercia com amor, a de delegada da Polícia Civil.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Menciona que a dra. Lúcia foi um ícone para a Polícia Civil catarinense.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Enaltece o trabalho, o legado, a pessoa da dra. Lúcia frente à Secretaria de Segurança. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Defende o debate sobre a liberdade de expressão, segundo os preceitos da democracia, entretanto o governo Temer aderiu ao cerceamento da livre manifestação das ideias e de direitos, procedimento adotado pelo fascismo que abole o debate e o respeito ao contraditório. Sobre tal assunto, salienta que protocolou o Projeto de Lei n. 0406/2017, que dispõe sobre a criação do Programa Escola Sem Mordaza, iniciativa construída com a União

Catarinense dos Estudantes, que pretende assegurar a livre manifestação do pensamento, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a livre expressão da atividade intelectual; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação e a consideração da diversidade étnico-racial.

Ressalta que as iniciativas de cercear o debate nas escolas, no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais são provocadas pela ideologia dos partidos da direita e da extrema direita que querem amordaçar os professores e alunos, impedindo-os à manifestação de suas ideias.

Finda o discurso, reputando que em todo o país, educadores, famílias, acadêmicos e personalidades políticas progressistas têm se mobilizado contra a tentativa da direita raivosa de limitar a liberdade de manifestação do pensamento dos mestres e estudantes para evitar o retrocesso no ensino brasileiro, distorcendo o compromisso da democracia.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo debate e corrobora a crítica ao atual governo pela tentativa de impedir a população, professores e estudantes de expressarem as suas ideias. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, solene, na cidade de São José, para a presente data, às 20h, em comemoração dos 21 anos do Centro Educacional Marista São José.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 569, de 10 de novembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída **COMISSÃO ESPECIAL** integrada pelos servidores **NEROCI DA SILVA RAUPP**, matrícula nº 1756; **VLADIMIR VALDEMIRO FERREIRA**, matrícula nº 3080; **RAFAEL SCHMITZ**, matrícula nº 8483; **EDENILSO JOSE ACORSI**, matrícula nº 2112; **EDUARDO LANGE FONTES**, matrícula nº 7345; **ALLAN DE**

SOUZA, matrícula nº 6339; **ANTONIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANA**, matrícula nº 1877; **VICTOR INACIO KIST**, matrícula Nº 1039; **LUCIO SANTOS BAGGIO**, matrícula nº 7521; **ALEXANDRE MELO**, matrícula nº 2125, SINDALESC; e **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 947, AFALESC, para, analisar a possibilidade de aquisição de imóvel visando a instalação das áreas administrativas da ALESC.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado **KENNEDY NUNES** - Secretário
Deputada **Dirce Heiderscheidt** - Secretária

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari, Mauro de Nadal,

Marcos Vieira e Valdir Cobalchini. **O presidente** fez a leitura do ofício nº 211/2017 expedido pelo gabinete do Senhor Deputado Rodrigo Minotto que justifica a ausência do parlamentar e que designa o Senhor Deputado Gabriel Ribeiro como seu substituto. **O presidente** destacou a presença da Senhora Adelianna Dal Pont, Prefeita Municipal de São José e Presidente da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Havendo quorum regimental, **o presidente** abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 32ª Reunião Ordinária e a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, que postas em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, **o presidente** concedeu a palavra aos membros, obedecendo a ordem de chegada, para discussão de matérias. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0412.6/2017**, de autoria do Gover-

nador do Estado, que acresce o art. 3º-A à Lei nº 17.274, de 2017, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União em operação de crédito a ser celebrada entre a Celesc Distribuição S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0256.1/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera as Leis nºs 3.938, de 1966; 5.983, de 1981; 7.543, de 1988; 10.297, de 1996; 12.646, de 2003; 13.136, de 2004; 13.992, de 2007; e 15.856, de 2012; e estabelece outras providências. Houve devolução de vista coletiva da matéria tendo manifestação apenas por parte do Deputado Dirceu Dresch, que apresentou Emenda Supressiva, e do Deputado João Amin, que apresentou voto-vista verbal contrário ao relator posicionando-se favorável a matéria com acolhimento apenas da Emenda Supressiva de sua autoria de fl. 151-152. O relator (Deputado Jean Kuhlmann) exarou parecer complementar favorável à matéria com Emendas Aditiva, Supressiva e Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado João Amin e abstenção do Deputado Dirceu Dresch; **MPV/00215/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que acresce os §§ 3º e 4º ao art. 13 da Lei nº 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências. Exarou parecer pela admissibilidade total da matéria, que posto em discussão, foi aprovado por maioria tendo voto contra do Deputado Dirceu Dresch; **PL./0245.9/2017**, de autoria do **Deputado Maurício Eskudlark**, que dispõe sobre a utilização das Areias Descartadas de Fundação (ADF). A matéria foi recolocada em discussão sendo que o relator (Deputado Jean Kuhlmann) abdicou de seu relatório e voto manifestando concordância com o voto-vista apresentado pelo Deputado Darci de Matos com parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0181.0/2014**, de autoria da **Comissão de Saúde**, que institui a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC/SC) no Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Foi devolvida vista da matéria da Deputada Luciane Carminatti sem manifestação. O parecer do relator (Deputado José Nei) pela rejeição da matéria foi recolocado em discussão e votação sendo aprovado por unanimidade. **PL./0251.7/2017**, de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do Estado ao Município de Pinhalzinho e adota outras providências. Houve devolução de vista da matéria do Deputado Dirceu Dresch sem manifestação. O parecer do relator (Deputado Jean Kuhlmann) favorável à matéria foi recolocado em discussão e votação sendo aprovado por unanimidade. **PL./0225.5/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera o art. 3º da Lei nº 12.911, de 2004, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-SC) e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FUNSEA-SC) e adota outras providências. Houve devolução de vista da matéria pelos Deputados Dirceu Dresch e Marcos Vieira sem manifestação. O parecer do relator (Deputado Jean Kuhlmann) favorável à matéria foi recolocado em discussão e votação sendo aprovado por unanimidade. **PL./0255.0/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que estabelece prazo para a prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Pública Estadual Direta e Indireta. O parecer do relator (Deputado Jean Kuhlmann) favorável à matéria foi recolocado em discussão onde houve manifestação dos membros sobre a necessidade de se manter os pedidos de vista até a próxima reunião ordinária, solicitação esta que foi colocada para apreciação dos membros e não havendo objeção foi acatada pelo presidente que transferiu a matéria para a pauta da 34ª reunião ordinária da comissão para ser votada em comum acordo dos membros. **PLC./0024.4/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. Exarou parecer complementar ratificando seu voto favorável à matéria com Emenda Aditiva bem como acolhendo a Emenda Aditiva de fl. 14 e rejeitando as Emendas Modificativas de fls. 12 e 13, com acréscimo da rejeição também das Emendas

Aditivas de fls 30-39, que foi posto em discussão. Houve manifestação do Deputado Valdir Cobalchini que apresentou voto-vista concordando com o voto do relator, porém com acolhimento também da Emenda Modificativa de fl 13. Houve manifestações dos membros sobre a necessidade de se manter os pedidos de vista até a próxima reunião ordinária, solicitação esta que foi colocada para apreciação dos membros e não havendo objeção foi acatada pelo presidente que transferiu a matéria para a pauta da 34ª reunião ordinária da comissão para ser votada em comum acordo dos membros. Antes de encerrar a reunião o presidente ratificou a inclusão do **PL./0255.0/2017** e do **PLC./0024.4/2017** na pauta da 34ª reunião ordinária da comissão para ser votado, conforme acordo firmado entre os membros, e comunicou também a transferência do **PLC/0013.1/2017** para a pauta da 34ª reunião ordinária da comissão. Nada mais havendo a tratar, o **presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 31 de outubro de 2017.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE ALTERAR O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a presidência do senhor Deputado **Marcos Vieira**, com amparo no artigo 333, §6º, do Regimento Interno; e de acordo com o Ato da Presidência nº 031-DL, de 2017, reuniram-se os senhores deputados **Mauro de Nadal, Nilso Berlanda**, substituindo **Aldo Schneider, Gabriel Ribeiro, Dirceu Dresch e César Valduga**, integrantes da Comissão Especial constituída com a finalidade de alterar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Havendo quórum, o senhor **Presidente** abriu inscrição para os cargos de Presidente e Relator da Comissão Especial. Foram apresentadas as indicações do senhor Deputado **Mauro de Nadal** e do senhor Deputado **Marcos Vieira**, respectivamente, para os cargos de Presidente e Relator. Colocada em votação, as indicações foram aprovadas por unanimidade e o senhor Presidente declarou-os eleitos, agradecendo a indicação para Relator da Comissão. O senhor Deputado **Mauro de Nadal** assumiu a Presidência dos trabalhos e agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência. Foi definido que a Comissão Especial irá reunir-se, semanalmente, às quartas-feiras no horário das treze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião.

Marcos Vieira

Presidente da Reunião de Instalação

*** X X X ***

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de setembro de 2017, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Neodi Saretta, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados: Neodi Saretta, Cesar Valduga, Dalmo Claro, Fernando Coruja, José Milton Scheffer, Antonio Aguiar e Serafim Venzon. Havendo quórum regimental, o Presidente Deputado Neodi Saretta abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, que foi APROVADA POR UNANIMIDADE. Em seguida, o Presidente Deputado Neodi Saretta anunciou a presença do Secretário Adjunto para Assuntos Finalísticos da Secretaria de Estado da Saúde Murilo Capella, representando a SES a fim de prestar esclarecimentos nesta reunião. O Presidente Deputado Neodi Saretta informou os documentos recebidos por esta Comissão Permanente, iniciando pelo **Ofício nº 482/207/GAB/COREN-SC**, de origem do Conselho

Regional de Enfermagem de Santa Catarina, que informa condições de trabalho dos profissionais de Enfermagem nos Hospitais de gestão pública do Estado de Santa Catarina. Além disso, solicita medidas a serem realizadas em respeito às providências que interferem na qualidade da prestação dos serviços de saúde que são disponibilizados à sociedade e que devem atender as legislações referentes ao Exercício da Profissão de Enfermagem e no atendimento à Legislação Sanitária para a melhoria das condições e para um atendimento seguro e de qualidade. **Ofício nº 37/2017/CES/SC**, de origem do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, que convida para participar da Cerimônia de Abertura da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde, que será realizada nos dias 19 e 20 de setembro e que tem como tema central “*Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade*”. A Cerimônia será no dia 19 de setembro de 2017, às 08h30 no Golden Hotel. Endereço: Rua São Benedito, 50 - Serraria, São José. **Requerimento**, de origem do Gabinete do Deputado Neodi Saretta, que solicita auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nas contas da Secretaria de Estado da Saúde com o intuito de evidenciar o passivo do balanço patrimonial do Estado. Com a palavra, o Deputado José Milton Scheffer disse que nas últimas semanas este assunto tem sido muito discutido e que, inclusive, já houve uma solicitação de acompanhamento da situação, com prazos e datas para entrega dos resultados. Em relação a este pedido, acha melhor que seja discutida sua necessidade, para que não haja duplicidade de pedidos, visto que já há encaminhamento feito pelo Tribunal de Contas e também por conta da presença do Secretário Adjunto nesta reunião. Salientou que acha pertinente a solicitação para auditoria, mas que deve ser aguardada outra reunião. O Presidente Deputado Neodi Saretta informou que, quando formulado tal documento, ainda não se tinha conhecimento desta auditoria que já está sendo encaminhada, mas é público e notório que ela está em andamento. Disse que, com isso, não vê problemas em deixar o Requerimento para apreciação em outra oportunidade para analisar a necessidade do pedido, ou, se necessário, encaminhar ofício reforçar a auditoria já existente. Com a palavra, o Deputado Antonio Aguiar disse que é importante ter uma base do que está acontecendo na Saúde e o que pode ser feito para melhorar a Saúde. Há indícios de que as coisas estão melhorando, com a economia de R\$ 68 milhões de economia na Superintendência Hospitalar, bem como a Judicialização da Saúde: quanto está sendo gasto nisso? Informou a realização de Audiência Pública já agendada para que este tema seja discutido, porque está tomando proporções que podem não ter limites. O poder Judiciário, a Promotoria Pública, a Assembleia Legislativa, e a própria SES precisam tomar decisões para que haja limites na judicialização. O Presidente Deputado Neodi Saretta anunciou que, conforme discutido, a apreciação do Requerimento será feita em outra oportunidade. **MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS AOS RELATORES: PL.0013.6/2017**, de autoria do Deputado Antonio Aguiar, que altera a Lei nº 14.884, de 2009, que institui a Semana Estadual de Valorização da Vida. Com a palavra, o Deputado Serafim Venzon demonstrou seu parecer favorável a aprovação do Projeto de Lei. Após discussão e votação, foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Após concluir os assuntos da pauta, o Presidente Deputado Neodi Saretta seguiu informando que o Secretário de Estado da Saúde fora convocado, conforme deliberado, para participar desta reunião a fim de prestar esclarecimentos sobre os seguintes pontos: situação financeira da Secretaria de Estado da Saúde, suspensão de cirurgias eletivas do Hospital Infantil Joana de Gusmão e a diminuição dos atendimentos de emergência do CEPON - temas que já têm sido objeto de debates e preocupação nesta Comissão, bem como nesta Casa, que inclusive já mudou a Constituição do Estado de Santa Catarina para que o orçamento para Saúde aumente gradativamente de 12% para 15%. Há diversas outras proposições para buscar maiores recursos, mas o fato é que, apesar de todos estes esforços, a Casa tem recebido com frequência notícias relacionadas a problemas na Saúde, atrasos, faltas de medicamentos, cirurgias sendo paralisadas e falta de bolsas para pacientes ostomizados, situação que tem deixado os membros desta Comissão Permanente preocupados. Disse que, ainda que a gestão de recursos e decisões esteja no Executivo, esta Casa e esta Comissão Permanente têm sido parceiras na busca de soluções para os problemas. Para encontrar soluções, disse o Presidente Deputado Neodi Saretta, é necessário ter

conhecimento do real quadro, da real situação, e que as coisas sejam colocadas com a mais absoluta transparência, não apenas para esta Comissão, mas para a sociedade catarinense, que deseja entender melhor as dificuldades que existem e quais os montantes e valores relacionados a questão da Saúde. Informou que o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Vicente Caropreso, enviou justificativa de ausência por conta de compromissos na cidade de Caçador, mas que indicou como representante o Secretário Adjunto para Assuntos Finalísticos da Secretaria de Estado da Saúde, Dr. Murilo Capella, acompanhado de Técnicos de diversas áreas, para prestar os esclarecimentos. Concluiu informado que o Secretário garantiu que, se ainda houver necessidade de esclarecimentos, estará presente nesta Casa no dia 20 de setembro. Havendo concordância, o Presidente Deputado Neodi Saretta passou a palavra ao Secretário Adjunto, para que responda ao questionamento de qual é a real situação da Saúde, deixando para que seja respondida, inicialmente, de forma ampla e que depois, sejam respondidas questões específicas. O Secretário Adjunto saudou todos os presentes e iniciou falando sobre a “Semana da Saúde”, que pode ser chamada de “Semana da Crise na Saúde”, aquilo que se lê e se ouve pela imprensa. Entende esta reunião como uma grande ajuda, pois o que a Comissão de Saúde tem feito é procurar tomar conhecimento dos problemas que envolvem a administração da SES e, mais que isso, apontar soluções, discutindo em audiências públicas ou colocando na pauta assuntos relevantes. Voltou ao assunto abordado no início da reunião sobre a auditoria do Tribunal de Contas do Estado, que já está em andamento. Informou que já receberam técnicos e disponibilizaram espaço para que possam trabalhar, porque entendem que esta auditoria é uma ajuda para quem administra a área da saúde, afinal são pessoas que vêm de fora, com outro olhar, abordando pontos, alguns cruciais, para ajudar a administrar o bem público. Não sabe ao certo o prazo da auditoria, mas crê que, ao apontar problemas e apoiar grande número de ações tomadas, irá ajudar. O assunto abordado a seguir foram as cirurgias eletivas do Hospital Infantil Joana de Gusmão. O Secretário Adjunto informou que este ponto já está equacionado e que o que causou a paralisação das cirurgias foi o curto espaço de tempo e a falta de determinados insumos, sem os quais não era possível a realização de cirurgias eletivas, porque a prioridade foram cirurgias de urgência e emergência, afinal estas não podem parar em hipótese alguma. A situação já foi regularizada, o Hospital Infantil realiza entre 16 e 20 operações eletivas por dia, além das de emergência. Ainda na segunda-feira, foram feitas 16 cirurgias eletivas e na terça-feira e quarta-feira deu-se sequência. Disse ainda, que esta situação já foi sanada porque a arrecadação do Estado melhorou, segundo informações do Governador do Estado. Houve uma melhora no mês de agosto e espera-se que no próximo quadrimestre venha a melhorar ainda mais. A Fazenda tem repassado, não só no fim do mês, mas diariamente, recursos para realizar essas atividades. Sobre o atendimento feito pelo CEPON - Centro de Pesquisas Oncológicas, uma unidade da FAHECE - Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon, uma Organização Social. Afirmou que o Centro desempenha um papel fundamental na assistência médica no Estado, porque atende pacientes com câncer. Disse que tudo o que pode ocorrer dentro do CEPON no sentido de minimizar qualquer atendimento tem uma repercussão grande e que, pessoalmente, como médico, concorda com isso. Como saúde é economia e é preciso adequar o que podem fazer ao orçamento, em determinado momento há necessidade do CEPON reduzir o atendimento de urgência e emergência apenas à noite, porque nesse período o atendimento é muito reduzido. Foi uma medida tomada pela Direção, mas já estão equacionando para poder voltar à situação de normalidade. O Secretário Adjunto Murilo Capella disse que, até aquele momento, abordaria apenas aqueles dois temas e que esperava que houvesse mais questionamentos para poder dar continuidade. O Presidente Deputado Neodi Saretta agradeceu a fala do Secretário Adjunto e colocou à disposição dos Deputados presentes a palavra para que pudessem fazer os questionamentos que desejarem, intercalando as falas. Com a palavra, o Deputado Dalmo Claro cumprimentou os presentes, ressaltando a dedicação e empenho da Secretária de Estado da Saúde. Disse que hoje se vive um momento da Saúde, no Brasil e também em Santa Catarina, de grande dificuldade e, não à toa, os meios de comunicação - notadamente uma rede de Santa Catarina - , têm dedicado uma atenção ímpar em relação a outros períodos.

Contou que, mais cedo, pela manhã, assistiu a uma entrevista do Secretário Adjunto Dr. Murilo Capella com duração de vinte e dois minutos, sendo esta a parte condensada, o que demonstra a grande atenção dedicada pela mídia ao assunto. Ressaltou que se sabe que as dificuldades existem porque os custos da área da Saúde não param de crescer, acima da inflação e da arrecadação dos governos. Disse que alguns motivos influenciam nisso, o primeiro deles é que é natural haver aumento na busca por tratamentos de saúde, por conta de maior esclarecimento, e o segundo é o aumento da expectativa de vida, que acarreta em maior uso dos serviços de saúde, por conta de pessoas com mais idade serem suscetíveis a doenças crônicas, de tratamento contínuo e recorrente. Por fim, disse que outro ponto que influencia é a agregação tecnológica, que talvez seja o fator mais intenso. Enfatizou que esta é uma realidade que existe e que não há recurso para tudo, por isso é necessário ter um direcionamento, talvez, mais adequado. O Brasil precisa enfrentar o fato, porque a Constituição prevê a saúde como direito, sem colocar até que ponto é plausível que o Estado - nos entes Federal, Estadual e Municipal - tenha capacidade de oferecer. Sabe-se que em vários países mais desenvolvidos, como, por exemplo, o Reino Unido, têm orçamentos para a saúde bem estabelecidos, distribuem as atenções à saúde de acordo com seu orçamento. Há um limite de valores e o que é oferecido está dentro do que o governo pode, inclusive na agregação tecnológica ou no quantitativo de exames, medicamentos e tratamentos oferecidos. Disse que, aqui em Santa Catarina, saíram notícias imprensa e já está público e esclarecido por pessoas da própria SES e do próprio governo de que o recurso está extremamente insuficiente e que há muito atraso de pagamento. Citou fatores como Organizações Sociais contratadas para prestar serviço ao Governo do Estado, fornecedores diretos de serviços e produtos, adequado suprimento aos hospitais de gestão direta do Estado em que há falta de equipamentos e suprimentos para que sejam feitos os procedimentos (cirurgias, internações, etc.), falta de pessoal. Disse que para isso são necessárias duas medidas, uma de caráter gerencial, não com mudanças da capacidade de gestão da atual Secretaria, que considera de ótima qualidade, mas de decisões quanto à forma de gerenciamento, o modelo que se faz e o que pode ser feito pelo Estado. O segundo ponto é que é necessário disponibilizar mais recursos à Saúde. Sabe-se que o recurso colocado pelo orçamento, ainda que este ano já esteja em 13%, não é suficiente para cobrir as necessidades. Tem dúvidas sobre o recurso orçamentário oferecido este ano, se o montante não é suficiente para as contas deste ano ou não é suficiente para as contas deste ano somadas ao passivo que se acumula há anos. Disse tem declarações do ex-Secretário de Saúde, Dr. João Paulo Kleinübing, que assumiu a SES em janeiro de 2015, de que quando assumiu a pasta havia dívidas de cerca de R\$ 300 milhões em contas a pagar do ano anterior e que entregou a pasta, em 2016, com menos dívidas do que quando assumiu. Para o Deputado, estas informações não condizem com o que foi apresentado na Comissão de Saúde em 2016, de que estaria em torno de R\$ 700 milhões em déficit e não sabe se baixou para R\$ 315 milhões. Ressaltou que há necessidade de mais recursos. Completou dizendo que não sabe se é o Tribunal de Contas que irá apurar isso, mas há notícias de que mesmo com os valores orçamentários deste ano, não estariam com a disponibilidade financeira na mesma proporção. Na SES se trabalha com valores orçamentários, valores de empenho e valores financeiros para que, uma vez liquidado, seja efetuado o pagamento. Isso é de difícil compreensão até para quem está na Secretaria e, mais ainda, para quem não está. Disse que muitas vezes os custos constam no orçamento, mas não há dinheiro para quitar as contas. Para o Deputado, infelizmente o Executivo terá que tomar uma decisão mais dramática, eventualmente cortando verbas de outros setores de administração direta para colocar na Saúde, porque, em seu entendimento, pelo que se vê nos hospitais próprios do Estado, naqueles administrados via OS e nos hospitais filantrópicos, que atendem dois terços dos serviços hospitalares do Estado de Santa Catarina, estão todos com atrasos e déficit em prestação de serviços. Concluiu dizendo que, se não ocorrer um aporte significativo de recursos, a Saúde em Santa Catarina se encaminha para um colapso. O Presidente Deputado Neodi Saretta passa a palavra ao Secretário Adjunto, para que comente as questões levantadas pelo Deputado Dalmo Claro. O Secretário Adjunto disse que a exposição do Deputado foi clara e objetiva com

relação à Saúde, e que é exatamente como foi colocado: se não haver mais aporte de recurso, vai ser difícil manter, inclusive, o que se tem. Disse que a Assembleia Legislativa desempenhou um papel extremamente importante quando aumentou o percentual gradativo de 12% para 15% do orçamento do Estado para Saúde até 2019. Isso é um aporte muito bom, que já neste ano ajudou, com o aumento de 1%, mas ainda precisa-se de mais. Por outro lado, a União também precisa. Conforme palavras do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas Luiz Eduardo Cherem, a União deve à SES em repasses, desde 2014, R\$ 300 milhões, um dinheiro que, se entrasse no setor da Saúde iria melhorar muito. Citou o avanço da tecnologia, a judicialização e a perda de plano de saúde como fatores para aumento da dívida da SES, porque não se pode deixar de dar assistência baseado em alta tecnologia. É necessário que o Estado de Santa Catarina consiga dar ao cidadão o que há de melhor em assistência hospitalar e assistência à atenção primária em saúde, mas para tudo isso, é necessário ter orçamento e o dinheiro, conforme a fala do Deputado Dalmo Claro. A SES trabalha com gestão buscando fazer economia. Neste ano, de janeiro a julho, foram economizados R\$ 68 milhões sem afetar a assistência, pelo contrário, o número de atendimentos, inclusive, aumentou. Foram tomadas medidas pela Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais, gerenciada pelo Dr. Marcelo Lemos dos Reis, presente na reunião, que conseguiu fazer economia sem reduzir assistência. Naturalmente esta economia foi feita com cortes e, além disso renegociações com fornecedores. As medidas de gestão estão sendo tomadas, mas enquanto o Governo Federal não entender que Saúde precisa ser prioridade e não entender a luta que foi feita por muito tempo pela Associação Médica Brasileira (AMB), com o "Movimento Saúde Mais Dez", aprovado e apoiado pela Alesc, com a vinda do Presidente, inclusive, para que 10% da receita corrente líquida da União seja investida em Saúde. Isso nunca ocorreu, fica em torno de 4%. Enquanto o Estado, constitucionalmente, precisa destinar 12%, número que, na prática, já chegou a ser 12,8% e agora 13%, em função da medida adotada pela Assembleia. Concluiu dizendo que enquanto esta situação não estiver bem equacionada, a Saúde e outras áreas terão problemas. O Presidente Deputado Neodi Saretta questionou ao Secretário sobre repasses. Perguntou se a SES tem recebido, mensalmente, o duodécimo, ou seja, 1/12 de seu orçamento. O duodécimo total, ou parte dele, tem vindo, de fato, em forma de recursos financeiros? Em dinheiro mesmo? Ou apenas em forma de orçamento, deliberação orçamentária, ou seja, mensalmente está vindo o duodécimo, 1/12, do dinheiro do orçamento para a Secretaria de Saúde?". O Secretário Adjunto Dr. Murilo Capella passou a palavra à Superintendente de Gestão Administrativa Neusa Ivete Mueller, membro de sua Assessoria, para responder a questão com mais conhecimento. A Superintendente disse que a SES não tem a figura do duodécimo, e sim o orçamento e a programação financeira. Explicou que a programação financeira é usada para limitar os empenhamentos. Quanto ao repasse financeiro, disse, a Secretaria da Fazenda está tentando fazer repasses. Todos os dias a SES faz contato com a Secretaria da Fazenda, mas efetivamente 1/12, ou o valor financeiro, não tem vindo todo mês, ainda há valores a receber da Fazenda. O Presidente Deputado Neodi Saretta disse que este é um ponto chave, pois não adianta liberar empenho se não há o financeiro. E quanto ao duodécimo, embora tradicionalmente usado mais para falar em repasse de poderes, orçamentariamente falando, todas as Secretarias, em seu entendimento como gestor, deveria ser de praxe, principalmente Secretarias que não gastam sazonalmente. Se o Governo não tem esta prática, sugere que se aplique o duodécimo à Saúde. O Secretário Adjunto Murilo Capella respondeu que o duodécimo está previsto no Art. 168 da Constituição e, no caso da Saúde, há uma previsão de percentual a ser repassado, aplicado, no ano. A legislação federal não prevê um duodécimo, mas em Santa Catarina foi apresentado um Projeto de Lei, que está em tramitação, para que os recursos sejam repassados em forma de duodécimo e, assim, a SES possa se programar para atuar. Aproveitou a situação para pedir que a Assembleia se agilize quanto ao Projeto de Lei. Com a palavra, o Deputado José Milton Scheffer disse que a reunião é muito pertinente, pois é assunto do momento e de todos os dias. Disse que foi apresentado, na Lei de Diretrizes Orçamentárias que, em seu entendimento é o caminho certo para não ter vício de origem, uma emenda que criava o duodécimo na LDO. Disse que foi voto vencido na Comissão de

Finanças, infelizmente, há cerca de trinta dias. No próximo ano irá tentar novamente e disse que irá votar a favor do PL do Deputado Fernando Coruja, mas sua leitura é que o caminho correto é a LDO para garantir. Disse que ninguém consegue fazer gestão se não há financeiro, ao menos um mínimo. Para o Deputado, há muitos avanços na medicina em Santa Catarina, os hospitais públicos fazem um trabalho significativo, os filantrópicos são referência. Acha que é na Saúde que é possível mudar a vida das pessoas, por isso entrou na área - que não é a sua de formação, pois é Agrônomo. O Deputado José Milton Scheffer demonstrou grande admiração por quem trabalha na Secretaria de Saúde, afinal é um lugar muito bom e que, além de ganhar um salário justo, estas pessoas podem contribuir muito para melhorar a vida das pessoas que estão em situação mais delicada, quando se precisa da Saúde. Tem acompanhado que em Santa Catarina a questão é muito complexa. A tabela SUS, que seria a referência, se pagasse um valor justo por cada procedimento não haveria motivos para a discussão de hoje. O dinheiro poderia ser gasto fiscalizando os hospitais, se não estão fazendo relatórios falsos. Desde 1994 até hoje a tabela SUS teve um reajuste de 90%. A inflação hoje chega a 400%, 500%, o que causa uma dificuldade de gestão enorme. Procurou entender a forma de pagamento do Ministério da Saúde, que é o grande gestor, o grande responsável pelo SUS. Não dá para entender a forma de pagamento, pois se diferencia conforme a complexidade. Acompanhou a situação do Hospital São José, de Criciúma, e a prefeitura, que é a gestora, tem uma leitura, o Hospital, o Estado, e o Ministério da Saúde têm ainda outras leituras dos pagamentos. Uns consideram de uma forma, os outros de outra, é muito complexo entender os pagamentos. Não entende porque o SUS, como um todo, é tão complexo. Contou que em um hospital em sua cidade, Sombrio, faziam partos e cirurgias. Depois, foram se criando regras e não se tornou mais possível fazer partos lá, pela necessidade de mais profissionais. Criou-se uma série de regras, que foram universalizadas, e que impediram muitas unidades de poder trabalhar por conta da normatização. O Ministério da Saúde, na forma de pagamento e no excesso de normas, está inviabilizando muitas coisas. Observou que em Santa Catarina, uma das causas é a diminuição dos repasses do Governo Federal. Não é uma crise estadual, é uma crise nacional. Nós até estamos conseguindo manter os atendimentos, mesmo com limitações. A Assembleia fez a parte dela - Santa Catarina é o único estado que teve o orçamento aumentado de 12% para 15%. Também criou um fundo de apoio aos hospitais filantrópicos, que neste ano já estão sendo investidos R\$ 30 milhões, valor que ainda vai aumentar. É um desafio para que outros poderes, como o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas também contribuam para este fundo. A Assembleia, no âmbito do que tem feito, está buscando encontrar soluções para isso. O governo precisa aportar recursos e tem falado na ordem de R\$ 400 milhões. O Deputado José Milton Scheffer acredita que é necessário fiscalizar todos os meses para se certificar que estão indo R\$ 100 milhões a mais do orçamento pra lá, afinal há limitação de serviços em algumas áreas. Também observou que isto precisa ser enfrentado. Gostaria de ouvir do Secretário Adjunto Dr. Murilo Capella a avaliação das Organizações Sociais, se os recursos realmente estão atuando. Às vezes observa hospitais filantrópicos e hospitais públicos fazendo procedimentos grandes e não se vê isso em algumas OS, que recebem recursos significativos em contratos. Observou, também, que, no âmbito da SES, existem contratos de fornecedores que já passaram de cinco anos. O que não entende é por que alguns contratos se estendem tanto ou vão sendo prorrogados. Acompanhou recentemente o processo licitatório da questão de gases medicinais, que foram contratos que passaram do prazo e agora, nesta licitação, inclusive baixou em 30%. Se fossem feitas licitações de períodos menores, seria melhor, afinal há produtos que podem baixar de custo. Às vezes há contratos que são prorrogados até o máximo de tempo que a Lei permite e, por vezes, vai contra a lógica da economia. Gostaria de ouvir uma avaliação nesse sentido e também da dificuldade quanto aos hospitais filantrópicos. O fim do ano está chegando e eles têm compromisso com décimo terceiro e folha de pagamento. Qual o montante que a SES reconhece em dívidas com os hospitais filantrópicos de Santa Catarina e qual o cronograma de pagamento dessa dívida, já que é com esse recurso que muitos estão contando para poder realizar seus pagamentos? Também gostaria de informações sobre os contratos e as OS. O Secretário Adjunto

disse que a exposição do Deputado José Milton Scheffer mostrou que o mesmo tem grande conhecimento da área da Saúde, para quem não é da área em formação, falou que a Tabela SUS, citada pelo Deputado anteriormente, existe há treze anos e desde então não é reajustada. O reajuste é uma necessidade. O apoio que a Assembleia deu no ano passado, de R\$ 100 milhões aos hospitais filantrópicos, veio em um momento em que a SES estava com dificuldades, vindo a ajudar muito. Em relação às Organizações Sociais, há algumas instituições que administram hospitais do Estado - em São Miguel do Oeste, em Araranguá e o próprio Samu. Há repasse mensal fixo baseado em contrato. O Governo precisou buscar essa forma de administração porque, sendo proprietário de grande número de hospitais no Estado, e não teria condições, inclusive baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal, ao contratar pessoal para poder fazer com que esses hospitais funcionassem, foi obrigado a lançar mão de outra alternativa, de grande sucesso no estado de São Paulo, onde nasceu, que é buscar uma entidade de obrigação social para poder administrar. O que ocorre é que é feito um repasse fixo mensal, e ao fazer este repasse e sugeriu rever esse tipo de contrato, porque recebe valor fixo e, se não administrar para ter produtividade, a organização não "vai pra frente". As OS custam caro, realmente, mas prestam um excelente serviço. Todas elas prestam um excelente serviço, mas, em sua opinião, é necessário haver outro modelo de gestão para as Organizações Sociais. Outro ponto, é que o governo criou o programa Investe Saúde, que foi um aporte de cerca de R\$ 100 milhões, que ajudou bastante. Foram colocadas ambulâncias à diversas Prefeituras em função do Investe Saúde. Foi repassado dinheiro para hospitais filantrópicos. São 185 hospitais no país e apenas 51 filantrópicos, porque existem regras para buscar a filantropia. Havendo regras, é preciso se qualificar, porque o hospital filantrópico não recolhe a parte referente ao empregador à previdência social. Então todo hospital buscar ser filantrópico, mas há regras e nem todos conseguem. Existem hospitais pequenos, em municípios pequenos, que não têm taxa de ocupação de 30%. A saúde precisa ser regionalizada. É preciso haver grandes centros regionais e assistência é dada ali. Se for feito um levantamento, com o censo atual, 61% dos municípios catarinenses têm menos de 10 mil habitantes. Cabe um hospital em uma cidade com menos de 10 mil habitantes? Mas existe luta dos prefeitos para que haja hospitais. Disse que quando foi Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, a luta da comunidade era de ter uma escola e um posto de saúde ao lado de sua casa. E nesta época se vivia o momento áureo na assistência em saúde em Santa Catarina, que começou com os Deputados Fernando Coruja, Dalmo Claro e Serafim Venzon. A época da Fundação Hospitalar de Santa Catarina começou com o Governo Colombo Salles, em 1971. Lembrou ainda, que foi superintendente nesta Fundação por quatro anos, de 1981 a 1985, e viviam um momento em que havia uma administração público-privada. Cada hospital público do Estado, tanto em Florianópolis, São José, Joinville, Ibirama, Lages, todos tinham ala de apartamento, quartos privativos, para internar convênios e privados. Isso significava aporte de recursos, possibilidade de produtividade para os recursos humanos, menor número de recursos humanos. Em uma reunião em Brasília, quando era Secretário, onde estava presente o então Ministro da Saúde Adib Jatene, contou o modelo de saúde de Santa Catarina e o então Ministro disse que iria levar o modelo para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, o Incor. E levou. O Incor é uma unidade do Hospital das Clínicas de São Paulo, que é público e tem uma ala que atende convênio e privado. Adib Jatene disse que era um recurso que entra de quem pode pagar. Então, ou se faz aqui em Santa Catarina uma revisão no tipo de gestão, ou vai acabar, todos os anos, tendo que prestar contas de recursos exclusivamente públicos. É necessário haver uma união de esforços: a Assembleia Legislativa, juntamente com o Executivo e Judiciário - neste, principalmente o Ministério Público, porque de 1971 a 2007 o modelo de saúde em Santa Catarina foi de gestão público-privada. Em 2007, o Ministério Público houve por bem dizer, com apoio do Ministério da Saúde, que hospital público é para atender exclusivamente SUS. A partir daí, todos os hospitais tiveram que se readequar para cumprir esta finalidade e, ao cumprirem-na, perderam o aporte de dinheiro que vinha de fora. A gestão passou a ser exclusivamente pública, que é o que se tem hoje. Por isso, acha que precisa haver um esforço conjunto para que se possa mudar a gestão. Se em algum momento houver

necessidade de pensar gestão pública baseado em ideologia, não irá progredir. O mundo mudou muito, os países que têm maior apoio em assistência médica fazem parceria público-privada. Disse que esteve em alguns e viu como funciona. É necessário haver aporte de recursos. O Secretário Adjunto contou que presenciou palestra do Presidente da Associação Médica Americana no Senado Federal, cujo nome era "Saúde é Economia", e na qual o palestrante dizia "no money, no action" - sem dinheiro não tem ação - e contou o que estava havendo nos EUA. Para encerrar, disse que há hospitais credenciados, com contratos, filantrópicos e há hospitais próprios, cuja administração foi delegada - como os hospitais de Chapecó, de Itajaí - para algumas associações comunitárias porque o Estado não tem como assumir este tipo de economia e gestão. Realmente é muito difícil. O Presidente Deputado Neodi Saretta passou a palavra ao Deputado Fernando Coruja, que iniciou sua fala cumprimentando a todos. Disse que já foi muito bem colocado o diagnóstico sobre a situação da Saúde em Santa Catarina, e este mostra que há uma dificuldade no sistema como um todo no Brasil. Quem trabalha na saúde sabe que é uma área onde há uma dedicação especial, que pode ser notada nos servidores públicos, que têm uma atenção especial, e aqueles que gerenciam os cargos na Saúde percebem o empenho das pessoas. Mesmo assim, gerenciamento e financiamento são um problema. Questionou ao Secretário Adjunto o que precisa ser feito, além do que já foi falado, para melhorar o gerenciamento as Saúde. A segunda questão abordou o fundo da Saúde, que no Estado é administrado pela Fazenda. O Deputado Fernando Coruja perguntou se não parece um absurdo este tipo de administração, pois isto lhe parece uma ilegalidade. O fundo de Saúde não deve ser administrado pela Secretaria de Estado da Saúde? Em seguida, perguntou em relação ao financiamento. Falou sobre uma proposta do Deputado Neodi Saretta para que nos empréstimos feitos se coloque um pouco para a Saúde. Falou que o governador disse que o ano de 2017 será o melhor dos últimos cinco anos e acha que ele está sendo "Cândido, o Otimista", de Voltaire. Aqui em Santa Catarina se criou a figura do "Caixa 3", que é quando candidatos fazem empréstimos em épocas de eleição, com um ano de carência, outro acaba pagando, e dá aos prefeitos. Por que não pegar este dinheiro e reverter à Saúde? A quarta pergunta feita pelo Deputado Fernando Coruja é relacionada à prestação de contas quadrimestral da SES. Disse que o "empenho" tem três fases: empenhado, liquidado e pago. O que não consegue entender é que na prestação de contas sempre há o "empenhado" e o "liquidado", mas nunca o "pago". Quanto é que a Secretaria de Estado da Saúde deve? Quanto é que ainda precisa ser pago? Na pergunta seguinte referiu-se à tabela SUS, que em sua opinião é uma tabela nacional defasada. Aqui em Santa Catarina foi aprovada a Lei nº 17.144, que autoriza o Estado a ter uma tabela diferenciada, porque há procedimentos que pagam pouco pela tabela nacional e há outros que não. Acha que é preciso revisar essa tabela. Questionou também aos pequenos hospitais, que em sua opinião precisam ser, em certos casos, fechados, porque não têm função. É necessário readequar essa questão e entende que a Secretaria precisa ter uma política para fazer isso. Há uma política? Outra questão diz respeito ao SUS e a um Termo de Ajuste de Conduta feito pelo Ministério Público junto à SES para acabar com os credenciamentos nos hospitais. Retomou a fala do Secretário Adjunto sobre o modelo que havia em Santa Catarina, de ser exclusivo SUS ou não. Disse que estamos em uma situação que se encaminha para o caos e talvez esteja na hora de reavaliar o SUS. A pergunta seria sobre estes dois pontos citados: SUS e eventual credenciamento. Complementando, o Deputado Fernando Coruja falou sobre o gerenciamento. Em seu entendimento, o SUS precisa melhorar o atendimento pré-hospitalar. É preciso trabalhar na fundamentação de um programa de saúde da família, que no Brasil está muito distorcido e, pela sua percepção, não tem sido eficaz. Como não há solução dos problemas, o sistema dali pra frente fica abarrotado. A última questão seria sobre a judicialização da saúde, mas citou que haverá debate específico sobre o tema em outra oportunidade. O Presidente Deputado Neodi Saretta reafirmou o debate específico sobre a judicialização nesta Casa, inclusive informou que o próprio Tribunal de Contas irá realizar debate sobre o tem. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Adjunto Murilo Capela, que iniciou sua fala esclarecendo que irá tentar fazer uma fusão para responder a todas as questões. Iniciou falando sobre a melhora da gestão e que concorda que, como um

todo, a gestão precisa ter parceria. Se ficar, como é hoje, exclusivamente na mão do Estado, há problema. Citou que o Governo Federal criou, em 2012, a Empresa Brasileira de Administração Hospitalar, a EBSEH, especificamente para gestão de hospitais universitários. O que aconteceu foi que os hospitais universitários que adotaram a gestão da EBSEH tiveram uma grande melhora. O Secretário Adjunto disse que juntamente com o então Secretário João Paulo Kleinübing, foi a Brasília em 2015 para conhecer a EBSEH e após explicarem a eles como funcionava, foram ao Hospital Universitário de Brasília e, lá, mostraram o antes e o depois da administração da EBSEH. Disseram a eles, também, que o único hospital universitário que não adotou administração pela EBSEH era o Hospital Universitário de Santa Catarina, da UFSC. O fato se deu a um problema ideológico, pois correu a notícia de que iria acabar o atendimento pelo SUS e o hospital iria ser privatizado. E é justamente ao contrário: a EBSEH é para atender exclusivamente o SUS. Há, sim, uma mudança no modelo de gestão. É um hospital público, mas que administra baseado na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, e não do Estatuto do Funcionário Público. Aí as coisas mudam e começa a haver mais aporte de recursos vindos do Governo Federal, porque o então Ministro da Saúde, naquela oportunidade, disse que o HU de Florianópolis o seguinte: "Vocês têm 100 leitos fechados e não vão abrir se não adotarem o novo modelo. Não tem como não adotar". 2012, sob a presidência de Dilma Rousseff, que fez e sancionou a lei, e hoje os hospitais universitários públicos são administrados pela EBSEH e vêm passando por melhoras, basta visitar o nosso hospital universitário e sentir que a melhora está sendo progressiva. Disse que acha que o modelo de gestão, como está, tem tendência a ir à falência e que não vai mais funcionar como está. Ou mudamos o modelo e vamos em busca de mais recursos, ou não haverá solução. Acha também que o Fundo Estadual deveria estar na Saúde, porque este recurso é específico, mas vai para a Fazenda e é administrado por lá. Completou afirmando que esta, entretanto, é uma questão de governo e que não irá entrar em discussão. Lembrou do que já fora citado sobre financiamento e a ajuda que a Alesc tem prestado, através de leis. Acha que é uma das missões da Assembleia Legislativa, fazendo parte de um governo como um todo. Disse que encara o Judiciário, Legislativo, Executivo e o Tribunal de Tomada de Contas como parte efetiva de um governo, como também o Ministério Público, que visam o bem comum, da sociedade. Por isso que acha que cada vez que os deputados se reúnem e a Assembleia vota algo que melhora o setor Saúde é extremamente louvável e é necessário aplaudir isso. E precisamos que os Senhores Deputados se reúnam mais para poder fazer isso. O Secretário Adjunto lembrou a fala do Deputado Fernando Coruja sobre a tabela SUS, que pode ser flexibilizada em Santa Catarina, e disse que acha isso um avanço e que é necessário ir atrás disso. Se pode haver flexibilização, é necessário ir atrás. Para falar sobre empenho, passou a palavra à Superintendente de Gestão Administrativa Neusa Ivete Mueller, que iniciou sua fala dizendo que a questão do empenhamento, liquidação e pagamento, o que a legislação prevê, os 13% para a Saúde e publicado quadrimestralmente pela Secretaria da Fazenda, é o liquidado. Então, a receita corrente líquida de impostos, multiplicada por 13, é o total que deve ser liquidado na função saúde, que não são somente despesas da SES. No primeiro quadrimestre de 2017, o total foi 13,04%. A liquidação é o que efetivamente o Saúde recebeu dos serviços e materiais. O que é liquidado e não é pago, fica em dívida. Sobre esta questão, o Deputado Fernando Coruja disse que quando é feito pelo liquidado, deixa-se o resto para pagar. Então vai transferindo de um ano para outro e é uma maquiagem. Fez uma analogia e disse que estão falando em tratamento, mas falta primeiro o diagnóstico. O quer saber é quanto se deve, em números. Questionou se é necessária uma auditoria para saber quanto deve, porque o que está liquidado está ali no balanço, tudo bem. Perguntou: por que os pacientes do Hospital Teresa Ramos, de Lages, estão tomando banho gelado há uma semana? O Secretário Adjunto falou sobre a questão do banho gelado fazendo uma analogia. Contou que assumiu a Diretoria do Hospital Infantil Joana de Gusmão no dia 03 de maio de 2013 e neste dia a imprensa foi até o hospital. Naquele momento, o neurocirurgião, Dr. Charles, e lhe disse que no dia anterior fora realizada a primeira cirurgia de epilepsia e poucos serviços fazem isso no país. O Secretário Adjunto disse que ficou maravilhado,

afinal o hospital que iria começar a administrar pela segunda vez estava fazendo cirurgia de epilepsia. Quando a imprensa entrou, ele falou aos presentes sobre a cirurgia e uma repórter disse que estava lá para filmar a goteira da UTI e não para falar sobre outro assunto, porque não era a pauta. Ele, então, chamou um assessor e pediu para permitirem a filmagem de todas as goteiras do hospital, porque goteira existe em qualquer lugar. Agora, qual a importância para público saber que no hospital existe uma goteira e qual a importância pro público saber que um paciente tomou um banho gelado em Lages porque queimou um fusível? Qual a importância? O Deputado Fernando Coruja disse que não era esse o ponto. O que alegam em Lages é que houve interrupção do serviço porque não receberam pagamento. Concordou que a imprensa não precisa dar essa dimensão, mas colocou o assunto em pauta porque o que querem realmente saber é quanto a SES deve. O Secretário Adjunto disse que a resposta seria dada. Para esclarecer as perguntas, o Presidente Deputado Neodi Saretta questionou qual é a dívida. Também perguntou quando deste liquidado, que foi 13,04% no primeiro semestre, foi pago? Em qual percentual está o pagamento? A Superintendente de Gestão Administrativa Neusa Ivete Mueller disse que para responder a última questão citada, que é bem pontual, terá que levantar informações. Sobre a questão da dívida, disse que a SES foi inquirida pelo Tribunal de Contas, via Ofício, e responderam sobre o valor da dívida no final de julho, inclusive dizendo quanto não está empenhado e quanto é do exercício anterior. Depois foram inquiridos pelo Ministério Público e pelo Conselho Estadual de Saúde responderam da mesma forma. São R\$ 508 milhões, valor que já circula na imprensa. Um valor dentro desse total não está empenhado, algo em torno de R\$ 49 milhões. Ainda existem alguns valores a confirmar e apurar além destes, então pode ser que seja um pouco diferente o valor. O Presidente Deputado Neodi Saretta disse que o dado sobre o pagamento, que a Superintendente não possuía, é importante, porque é necessário fiscalizar a aplicação dos 13%, e o desejo é fiscalizar em cima do efetivamente pago, embora juridicamente o Tribunal de Contas já vá considerar valores liquidados dentro do percentual. Pediu que na Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre, no dia 03 de outubro, já pudessem divulgar o dado. A Superintendente disse que o dado oficial do valor liquidado no relatório da Lei de Responsabilidade Fiscal deve sair próximo dessa data, porque há um prazo de 30 dias após o fechamento do quadrimestre para divulgar, então o dado poderá ser apresentado. Com a palavra, o Deputado Dalmo Claro concordou com o Secretário Adjunto Murilo Capela, porque é necessário rediscutir a questão dos hospitais públicos para poderem também atender os convênios privados. Afinal são cidadãos que têm direito de ser atendidos no público de qualquer maneira, mas o financiamento será de sua própria despesa ou por convênio, o que dará margem de contribuição para que o hospital possa compensar os déficits da tabela do SUS, que é o que os hospitais comunitários e filantrópicos têm feito, porque recebem, às vezes, menos do SUS do que realmente custa e acabam muitas vezes compensando. A questão dos hospitais pequenos não tem solução, porque hospital hoje em dia precisa ter tecnologia. A questão do hospital de Sombrio é provavelmente porque o médico obstetra não quer se arriscar a fazer um parto se não tiver anestesista e pediatra, porque se houver qualquer coisa no parto a responsabilidade civil recairá sobre aquele médico, então é uma questão complicada. E hoje as comunicações, as estradas estão melhores. Complementou falando sobre as Organizações Sociais. Disse que em 2010 foi candidato a Deputado Federal pela coligação do Governador Raimundo Colombo, que tinha em seu plano de governo passar dez hospitais de administração direta do estado para OS. Sabemos que a inspiração veio do Dr. Cândido e estudaram o programa. Como não conhecia o modelo, desconfiava, mas na verdade viu que no exercício da SES funcionava bem. Citou o exemplo de Joinville, do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, que produz hoje, em termos de atendimento de emergência, ambulatoriais, cirurgias e internações hospitalares números muito parecidos com o do Hospital Regional da mesma cidade. Entretanto custa R\$ 6 milhões por mês ao Estado, enquanto o Hospital Regional custa cerca de R\$ 11 milhões ao mês. O Regional é um hospital maior, mas que produz a mesma coisa. E, mais, as respostas são rápidas no Hospital Infantil: quando um médico pede demissão, em 48h está substituído, de forma rápida. E o que a população quer? Respostas rápidas, um médico no dia

seguinte. Não quer saber as dificuldades administrativas. O Estado tem que avaliar que no modelo das OS não fica com o passivo previdenciário daqueles funcionários públicos, como os outros, que é um grande problema do Estado hoje, porque tem um déficit previdenciário de mais de R\$ 300 milhões por mês. Se não houvesse déficit, esse valor daria uma saúde de qualidade para todo o estado de Santa Catarina. O exemplo dado de OS no Hospital Regional de Joinville é um exemplo muito bom, como é também do Hospital Florianópolis, aqui. O Estado tem que honrar o que está escrito no contrato e precisa pagar em dia. Se pagar em dia não há nenhum problema de gestão. O problema está em ter o dinheiro para pagar em dia. Disse que concorda muito com uma frase que foi dita, que é que a população não quer saber qual é a gestão do hospital, ela quer resultado, quer ser atendida, não importa se é público, privado ou OS, ela quer atendimento. Então é necessário adequar a melhor gestão para buscar o melhor atendimento. O Deputado Dalmo Claro lembrou ao Secretário Adjunto uma discussão sobre colocar o Hospital Florianópolis sobre uma gestão de OS, que envolvia as associações comunitárias. Disse que na época a situação foi enfrentada, o governo pensou em voltar atrás e foi implantado o modelo. Hoje não se escutam queixas sobre e a comunidade está satisfeita com o atendimento que está sendo dado. O Deputado Serafim Venzon cumprimentou a todos os presentes, especialmente o Secretário Adjunto Dr. Murilo Capela, a quem dirigiu a palavra e disse que, pela história do mesmo na SES e com a medicina em Santa Catarina, se faz necessário mudar alguns conceitos no Estado e no Brasil. Disse que é necessário que as pessoas tenham a percepção de que, pelo menos a Saúde está satisfatória. O povo sente e acha que a Saúde de agora é muito pior do que a 30 anos atrás, não do ponto de vista de resolução, afinal hoje há uma série de procedimentos que na época não se fazia, mas as pessoas tinham mais acesso com o que se tinha capacidade de fazer há 30 anos do que agora. E é preciso ver que o centro de decisão do SUS, agora, apesar de ter mudado um pouco, ainda é PT. Disse que nem a população, nem ele, conseguem compreender. Como pode a SES, para decidir pagar R\$ 57,00 por uma cirurgia, precisar passar por uma porção de Conselhos para aí ser aprovado. Em Brusque, sua cidade natal, hoje com 130 mil habitantes, há 30 anos, se o paciente contatasse o médico que poderia resolver o problema dele, ele conseguia resolver. Agora depende de burocracias, entra em uma fila e em uma série de reuniões de Conselhos, e no final fica em uma fila inacabável, nunca chega a vez dele. O cidadão que está há quatro anos na fila, não está na fila, está excluído. O Senhor, que tem contato com pacientes, faz ideia de o quanto é perturbante, por exemplo, uma paciente com incontinência urinária. Disse que há dúvida que em Santa Catarina operem pelo SUS, pois passa por uma série de Conselhos e aquela paciente está na fila esperando. A burocratização precisa ser revista, e não por quem está aqui, porque senão seria feito um combinado para a mudança. Estamos vinculados a um SUS nacional, que precisa ser adequado justamente para dar poder de decisão à SES. O problema da Secretaria de Saúde não é organizar, afinal está organizado. O PT nos ensinou muito a organizar, mas foi organizar a fila e precisamos solucioná-la. Como vamos fazer esta gestão, resolver? Introduziu sua pergunta falando que, antes, o médico, mesmo quando fazia um procedimento pequeno pelo SUS, recebia o dinheiro do pagamento direto em sua conta e que de 2002 em diante, com a burocratização, o SUS paga tudo para o hospital. Os hospitais estão na mesma situação que a SES, que não tem dinheiro para pagar as suas contas. No momento em que entra dinheiro na conta do hospital, é necessário pagar todas as contas de funcionários, lavanderia e mercado e no momento em que vai pagar o médico não tem mais dinheiro. Disse que o hospital de Camboriú, que na gestão passada não pagava os médicos, porque todo dinheiro que caía na conta era utilizado para pagar questões judiciais. Naturalmente, os médicos, não recebendo seus pagamentos, saíram do hospital, que continua aberto, mas sem ninguém atendendo. Seria necessário mudar a forma de pagamento, porque a percepção que o cirurgião tem é de que o SUS não pagou seu salário, porque pagou o hospital e este não repassou o dinheiro. Disse também que, na Educação, sempre era um problema fazer com que os municípios investissem, até inventarem que o aluno na escola vale um dinheiro. Por isso o município corre atrás de alunos. Hoje quando um paciente chega em um hospital, ele é um problema, uma despesa. É necessário

encontrar uma maneira, como foi na Educação, de fazer com que o Diretor do hospital, quando vir um paciente chegando, pense que vai ser dinheiro chegando e não mais uma despesa. Acredita que esta é outra dificuldade que existe, mas que se forem mudados alguns conceitos, será possível mudar a situação. O Presidente Deputado Neodi Saretta passou a palavra ao Deputado Cesar Valduga, disse que não quer tornar sua fala repetitiva acerca da gestão e da tabela SUS, mas, uma coisa que acredita ser necessário buscar resolução é a regionalização dos hospitais de Santa Catarina. Os hospitais municipais são importantes, mas se não forem regionalizados, acredita que a questão da Saúde no Estado não será resolvida, até porque está mais precarizado. É necessário buscar uma saída. Disse que os debates já citados são muito importantes e mencionou a tabela SUS, que sempre gera reclamações. No oeste do Estado, há uma Universidade Federal que tem a vontade de buscar parcerias com o Hospital Regional e o Hospital Materno-Infantil de Chapecó, que atende a região e pode atender até o Extremo-Oeste. Assim, será possível firmar parcerias com a iniciação científica para buscar aportes do Governo Federal. Aproveitou a oportunidade para propor uma Audiência Pública em Chapecó sobre o tema, até porque o Hospital Universitário de Chapecó tem essa vontade, mas disse que sente que ainda não há vontade política de fazer a parceria. Citou o Hospital de Joaçaba, que melhorou muito quando buscou a parceria com a Unoesc. Acredita que firmando parceria com a Universidade Federal e a iniciação científica, as dificuldades enfrentadas na Saúde serão amenizadas com aportes do Governo Federal. Aí entra também a frente parlamentar, os Deputados Federais de Santa Catarina. Qual é a resposta que a bancada federal está dando à Saúde de Santa Catarina sobre as emendas parlamentares. É importante envolver a bancada federal, afinal é um debate sério e é necessário buscar resolutividade, pautando a questão da Universidade e da iniciação científica, mas também da regionalização. Se não investirmos na regionalização, os próprios hospitais menores estão ficando aquém da realidade, até porque os médicos estão indo para os maiores centros. Disse que hoje a dificuldade é o custeio, e fazer investimentos em equipamentos modernos é desafio ainda maior. Não estamos no fundo do poço, estamos dialogando, debatendo questões que competem à Comissão, mas é necessário buscar, além do Governo do Estado, o Governo Federal através de parcerias. Propôs como encaminhamento da reunião uma Audiência Pública em Chapecó, envolvendo a Universidade Federal da Fronteira Sul, que abrange toda a região até São Miguel do Oeste, município que também possui um Hospital Regional. Grande parte dos recursos que vêm pra Santa Catarina ficam em Florianópolis, mais precisamente dois terços, como disse o Secretário de Estado da Saúde, e um terço fica para as demais regiões do Estado. Não à toa, seguidamente se vê movimentos no pelo Estado para amenizar a descentralização dos recursos, que ficam aqui muito por conta das ambulanciaterapias. Muitas vezes os pacientes vêm de longe várias vezes e não conseguem realizar os procedimentos e precisam voltar. O Presidente passou a palavra ao Secretário Adjunto Dr. Murilo Capela pra este fazer suas considerações finais. O Secretário Adjunto disse que quem escreveu o Sistema Único de Saúde como parte integrante da Constituição foi o médico sanitário Sérgio Arouca, que ao escrever o SUS, escreveu o Sistema de Saúde mais avançado do mundo, porque prega a universalidade. É tão avançado que faz com que representantes de outros países venham ao Brasil para conhecer. Em sua opinião, o SUS tem três problemas: o financiamento, que é uma luta de entidades médicas e demais profissionais da área da saúde e se não atingir o índice de 10% da receita corrente do país, vai ser muito difícil se consolidar e vai ser sempre motivo de discussões; o modelo de gestão nacional, e não em Santa Catarina; e a corrupção, que sempre houve. Enquanto isso não se equacionar vai ficar difícil. Voltou o assunto ao ponto citado pelo Deputado Serafim Venzon, de que antigamente o SUS repassava os pagamentos diretamente ao profissional e depois passou a pagar o hospital e cabe a este repassar. Por outro lado, muitos médicos se unem e criam uma Pessoa Jurídica e o repasse vai a esta Pessoa Jurídica. Quando o hospital recebe esse montante, é necessário gerir esse dinheiro, pagando fornecedores, exames e o médico acaba ficando pra trás. Em alguns momentos isso acontece também com OS. Depois de feito o repasse mensal, a OS precisa dar prioridades ao dinheiro e muitas vezes no primeiro momento a prioridade não é pagar o médico. Também falou sobre pacientes

que se deslocam e que é uma questão de tabela. Há 45 cirurgias pediátricas em atividade espalhados pelo Estado de Santa Catarina. Eles sabem operar tudo, mas ao olhar a tabela e ver quanto vão ganhar operando uma criança, acabam encaminhando para hospitais públicos, e acaba gerando filas. A regionalização que vai manter as pessoas em seus locais. Citou a França e Inglaterra, onde tudo é regionalizado e ninguém se dirige à capital do país para realizar tratamentos, a não ser que a região não tenha condições. Isso também é baseado em educação, educar o povo para a saúde. Comentou que a iniciação científica, lhe agrada muito. Há, atualmente 12 faculdades de medicina em Santa Catarina e ainda há mais uma para abrir. A área da iniciação científica pode ajudar muito a área da saúde, afinal quanto mais à comunidade chegar à área universitária, mais solução na Saúde. Falou do Hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, que foi adquirido pela Unoesc e se transformou em um hospital universitário. A região do oeste, principalmente Chapecó, cidade que está em grande desenvolvimento e que possui duas faculdades de medicina que devem utilizar desses recursos em benefício da Saúde, trazer a tecnologia e discutir saúde com a sociedade. Acha extremamente importante envolver o conhecimento científico. Antes de finalizar, o Deputado Neodi Saretta disse ao Secretário Adjunto que a reunião iniciou com duas boas notícias, uma sobre a retomada das cirurgias no Hospital Infantil Joana de Gusmão e outra sobre o CEPON. Depois, foram levantadas várias questões, algumas esclarecidas, outras ainda pendentes, até porque esta não é uma reunião conclusiva, é mais uma etapa. Pediu ao Secretário Adjunto que encerrasse a reunião com outra boa notícia, afinal há uma angústia grande dos ostomizados, que não estão recebendo materiais. Foi realizada uma audiência pública sobre o assunto há cerca de 30 dias, na qual a SES disse que a situação seria regularizada. Cerca de 40% dos pacientes não estão recebendo as bolsas e é necessário o material. Tudo é urgente, mas neste caso em específico o valor monetário também não é tão grande. Pediu que o Secretário Adjunto encerrasse sua participação com um alento à esta situação dos ostomizados. O Secretário Adjunto disse que já fez uma sugestão, que precisa ser analisada, que é ter uma Autorização de Internação Hospitalar - AIH móvel, porque se for móvel, ele recebe e vai tratar onde quiser e o Sistema de Saúde depois fará a compensação. Finalizando sua participação, disse ainda que, como médico e cirurgião, a questão dos ostomizados lhe cabe de perto, pois já fez muitas ostomias. Há dois tipos de ostomizados: o definitivo, que irá viver a vida toda com a sua colostomia, e o temporário, que uma vez removido o problema, será fechado. O definitivo precisa de bolsa pro resto da vida e o temporário luta para ter a volta a normalidade. Isso é realmente um problema, é necessário pensar em investimentos, porque viver com o intestino colocado para fora e ter dificuldades em ter uma bolsa é um problema sério. É necessário dar prioridade para este tipo de situação e também credenciar cada vez mais hospitais com médicos capacitados para fechar as colostomias e permitir que o paciente volte a ter um trânsito intestinal normal. Este é um assunto que será colocado em foco na SES, com maior prioridade. Quanto à Autorização de Internação Hospitalar - AIH móvel, ela é do paciente. Tem muitos pacientes que vão de uma cidade para outra com sua AIH móvel debaixo do braço. Agradeceu a todos os Deputados presentes, também em nome dos colaboradores da SES, pela oportunidade da exposição, respondendo algumas perguntas e disse estar no aguardo de um próximo encontro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Deputado Neodi Saretta agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião. E, para constar, eu, assessora Técnica Genair Lourdes Bogoni lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Neodi Saretta

Presidente

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, com amparo no § 1º do artigo 123 do Regimento

Interno, foram abertos os trabalhos da nona Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Natalino Lázare, Ricardo Guidi, Serafim Venzon, Rodrigo Minotto e Luciane Carminatti. O senhor Deputado Antonio Aguiar encaminhou o ofício nº 444/2017, justificando sua ausência em razão de compromisso parlamentar externo previamente agendado e o senhor Deputado Valdir Cobalchini justificou sua ausência por meio do ofício nº 1072/2017, por estar atendendo convocação do senhor Secretário de Estado da Casa Civil e do Senhor Vice-Governador. Dando início aos trabalhos, a senhora Presidente fez a leitura da Ata da reunião anterior que, posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a senhora Presidente colocou em apreciação as seguintes solicitações para realização de Audiências Públicas; a primeira solicitada pela senhora Deputada Luciane Carminatti, para discutir o financiamento da arte e da cultura em Santa Catarina, com objetivo de verificar como o Projeto de Lei 238/2017, que cria o Sistema Estadual de Cultura (Siec), que está em tramitação na Assembleia Legislativa, trata da questão do financiamento cultural, plano e conselho, com data e horário a ser agendado que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, a segunda, solicitada pelos membros do Conselho Deliberativo Escolar e APP da Escola de Educação Básica (EEB) Arlindo Barbieiro, localizada no município de São Domingos, para tratar do possível fechamento do estabelecimento escolar, com data e horário a ser agendado que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foi colocado em apreciação o convite ao Secretário de Educação para comparecer a uma reunião desta Comissão, com data a ser definida posteriormente para esclarecer os seguintes temas: número de avaliações e recuperação paralela e registro de notas online que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente lembrou aos membros desta Comissão que irá acontecer o CONAPE - Conferência Nacional Popular de Educação - Parceria da Comissão de Educação e Fórum Estadual de Educação, com lançamento previsto para vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, das dezoito às vinte e duas horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros. Em seguida, pela ordem de chegada, a senhora Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Serafim Venzon que informou que não havia matéria a relatar. O senhor Deputado Rodrigo Minotto também informou não haver matéria a relatar. O senhor Deputado Natalino Lázare relatou o PL./0080.6/2017, de autoria do senhor Deputado João Amin, que acrescenta o art. 2º-A a Lei nº 16.719, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas festivas alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, apresentando parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global anexa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e solicitou a senhora Presidente apoio desta Comissão, da ALESC e da Escola do Legislativo para realização da VIII Feira do Livro de Videira que será realizada nos dias 8, 9 e 10 de novembro do corrente ano, o qual foi posto em discussão e votação e aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Ricardo Guidi informou que não havia matéria a relatar. A senhora Presidente recebeu do gabinete do Deputado Antonio Aguiar o PL./0254.0/2017, de autoria dos senhores Deputados José Nei Ascari e Darci de Matos, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina para o Município de Itaiópolis, pois o senhor Deputado havia solicitado vista em gabinete e devolveu sem manifestação, então, foi posto em discussão e votação o parecer do relator senhor Deputado Valdir Cobalchini, cujo parecer foi favorável que, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Meibel Parmeggiani, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os

Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Fernando Coruja, José Milton Scheffer, Gabriel Ribeiro, Luciane Carminatti, Milton Hobus e Rodrigo Minotto. O Deputado Patrício Destro justificou sua ausência mediante ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 22ª reunião ordinária, que em votação, foi provada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Darci de Matos** devolveu sem manifestação seu pedido de vistas ao PL./0058.8/2016, posto em votação o parecer do relator Deputado Rodrigo Minotto, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** devolveu sem manifestação seu pedido de vistas ao PL./0487.3/2015, posto em votação o parecer do relator Deputado Gabriel Ribeiro, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** devolveu sem manifestação seu pedido de vistas ao PL./0262.0/2017, posto em votação o parecer do relator Deputado José Milton Scheffer, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PLC/0008.4/2017, que altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto de 2012 e adota outras providências, seu parecer foi pelo diligenciamento da matéria, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** apresentou seu Parecer Preliminar ao PL./0371.3/2017 com cronograma de tramitação da matéria, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** apresentou o cronograma de tramitação do PL./0377.9/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0186.4/2017, que altera a Lei nº 15.885, de 2012, que dispõe sobre cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado de Santa Catarina, para ampliar o rol de materiais recicláveis no referido cadastro e exigir a emissão de nota fiscal de entrada, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete ao Deputado Fernando Coruja. **O Deputado José Milton Scheffer** relatou a MPV/00213/2017, que altera o art. 11 da Lei nº 14.610, de 2009, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado, e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável a medida, posta em discussão foi cedido vistas em gabinetes aos Deputados Fernando Coruja e Marcos Vieira. **Requerimento** de autoria do Deputado Antonio Aguiar e subscrito por outros senhores Deputados para realização de reunião na Comissão de Finanças e Tributação, em data e horário futuro a combinar, para tratar do tema "A subvenção fiscal do Estado e o impacto na ocorrência do setor de bebidas frias", posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Rodrigo Minotto** relatou o PL./0391.7/2017, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dezoito de outubro de dois mil e dezessete.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia primeiro de novembro de dois mil e dezessete, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Fernando Coruja, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Milton Hobus e Patrício Destro. Os Deputados Antonio Aguiar e Rodrigo Minotto, justificaram suas ausências mediante ofícios. O Deputado Darci de Matos substituiu o Deputado Gabriel Ribeiro. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 23ª reunião ordinária, que em votação, foi provada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Patrício Destro** relatou o PL./0316.7/2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Massaranduba

(instalação de uma unidade básica de saúde). Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0251.7/2017, que dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do Estado ao Município de Pinhalzinho e adota outras providências, seu parecer foi favorável, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0395.0/2017, que Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de São Joaquim (Associação de Deficientes Visuais), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** apresentou seu voto vista ao OF./0201.4/2015, contrário ao parecer do relator, Deputado José Milton Scheffer, defendendo a rejeição das Contas do Estado no exercício de 2014. **O Deputado Fernando Coruja**, também com voto vista a referida matéria, foi favorável ao voto vista da Deputada Luciane Carminatti. Tendo prevalência o parecer do relator, foi colocado em votação sendo aprovado por maioria, com votos contrários dos Deputados Fernando Coruja e Luciane Carminatti. **A Deputada Luciane Carminatti** devolveu sem manifestações seu pedido de vistas ao PL./0228.8/2017 com parecer favorável do Deputado Gabriel Ribeiro que posto em votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Fernando Coruja** devolveu sem manifestações seu pedido de vistas ao PL./0186.4/2017 com parecer favorável do Deputado José Milton Scheffer que posto em votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, primeiro de novembro de dois mil e dezessete.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às onze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do **Senhor Deputado Serafim Venzon**, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Altair Silva, Jean Kuhlmann, Manoel Mota, Dirceu Dresch, Fernando Coruja e Serafim Venzon. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação a Ata da 17ª Reunião Ordinária realizada no dia 17 de outubro de dois mil e dezessete que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento e obedecendo a ordem de chegada, o Senhor Presidente passou à palavra aos relatores: Ao senhor **Deputado Altair Silva** que passou a relatar o **PL./0342.9/2017** - que "Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Torres Marques", exarando parecer pela aprovação do projeto. Colocado em discussão e votação restou aprovado por unanimidade. Após o **PL./0335.0/2017** - que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Piratuba". (instalação de serviços públicos municipais), exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência, **PL./0184.2/2016** - que "Altera o art.2º da Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas", retornou do pedido de vistas coletivas sem manifestação dos Deputados, assim o senhor relator leu seu parecer que foi pela aprovação nos termos da Emenda Modificativa Aditiva das fls. 34/43. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado **Jean Kuhlmann** que passou a relatar o **PL./0257.2/2017** - que "Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Saudades - Casa da Amizade", exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. E o **PL./0354.2/2017** - que "Declara de utilidade pública a Associação Cultural Coral Iluminar, de Rio do Sul", exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência o **Deputado Fernando Coruja**, justificou o atraso, pois estava participando de uma audiência

pública da Comissão de Saúde e em caráter de exceção solicitou inclusão em pauta do **PL 081.7/2017** que "Dispõe sobre a instauração de processo administrativo pelo DETRAN/SC, para aplicação e cumprimento da penalidade de suspensão do direito de dirigir", visto que estava com pedido de vistas do projeto e havia um acordo para colocá-lo em votação nesta reunião. Assim, havendo concordância dos presentes foi quebrada a ordem de relatoria e o Deputado Fernando Coruja argumentou que analisou o processo e que irá acompanhar o parecer do relator. Na oportunidade foi lido o parecer do relator, Deputado Serafim Venzon, pela aprovação do projeto colocado em discussão e votação, restou aprovado por unanimidade, com abstenção do Deputado Manoel Mota. Dando continuidade na sessão, passou o Deputado Manoel Mota a relatar o **PL./0275.4/2017** - que "Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Araçá (AMBA), do Município de Porto Belo", exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **PL./0360.0/2017** - que "Declara de utilidade pública a Associação Brusquense de Proteção aos Animais - ACAPRA, de Brusque". exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Senhor **Deputado Serafim Venzon**, Presidente da Comissão, passou a relatar o **PL./0262.0/2017** - que "Autoriza a doação de imóveis no Município de Sombrio (desenvolvimento de atividades educacionais por parte do Município)", exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, com abstenção do Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, Assessor de Comissão Permanente. Ronaldo Moreira, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 276/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 051/2017 celebrado em 29/09/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Sindicato dos Peritos Oficiais de Santa Catarina (SINPOSC).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico, incluindo *stand*, no evento intitulado de "**XXIV Congresso Nacional de Criminalística**", que ocorrerá nesta Capital no período de 02 a 06 de outubro do corrente ano, mais precisamente no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, localizado no Palácio do Governo Estadual.

VALOR: R\$ 10.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei 8.666/93, Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 0108/2017-LIC, Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1124 (Divulgação Institucional das Ações do Legislativo). Elemento: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda), todos do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 07 de novembro de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 277/2017

REFERENTE: Contrato CL nº 092/2017 celebrado em 29/09/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Sindicato dos Peritos Oficiais de Santa Catarina (SINPOSC).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico, incluindo *stand*, no evento intitulado de "**XXIV Congresso Nacional de Criminalística**", que ocorrerá nesta Capital no período de 02 a 06 de outubro do corrente ano, mais precisamente no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, localizado no Palácio do Governo Estadual.

VALOR: R\$ 10.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através do processo licitatório LIC nº 108/2017; Termo de Inexigibilidade nº 051/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.
 Florianópolis, 07 de novembro de 2017.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Márcio Bolsan- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO 278/2017

REFERENTE: Dispensa de Licitação nº 011/2017 celebrado em 23/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Marina Aparecida Gomes Pressanto, representada pela procuradora Ivana Judite Pressanto Gomes
 OBJETO: Locação de imóvel constituído por um terreno com 531,55m² e casa de alvenaria com 190,00m², localizados na Rua Maria Deomar da Costa Neves nº 96 - Centro - Caçador /SC, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC sob o nº 13.161, fls. 038/041, livro 0430 3-E, ficha 01, protocolo nº 10.599/2017.
 VIGÊNCIA: 1/1/2017 a 31/01/2019.
 VALOR MENSAL: R\$ 2.000,00
 VALOR: R\$ 24.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.245/91; Resolução da ALESC nº 007/2015 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através do processo LIC nº 0113/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 001144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais). Elemento 0100 - 3.3.90.36.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física). Subelemento 3.3.90.39.15 (Locação de Imóveis), todos do orçamento da ALESC.
 Florianópolis, 07 de novembro de 2017.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 279/2017

REFERENTE: Contrato CL nº 099/2017 celebrado em 23/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Marina Aparecida Gomes Pressanto, representada pela procuradora Ivana Judite Pressanto Gomes
 OBJETO: Locação de imóvel constituído por um terreno com 531,55m² e casa de alvenaria com 190,00m², localizados na Rua Maria Deomar da Costa Neves nº 96 - Centro - Caçador /SC, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC sob o nº 13.161, fls. 038/041, livro 0430 3-E, ficha 01, protocolo nº 10.599/2017.
 VIGÊNCIA: 1/1/2017 a 31/01/2019.
 VALOR MENSAL: R\$ 2.000,00
 VALOR: R\$ 24.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.245/91; Resolução 007/2015 da ALESC e alterações posteriores; Dispensa de Licitação nº 011/2017; Autorização Administrativa através do Processo nº 0113/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.
 Florianópolis, 07 de novembro de 2017.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Ivana Judite Pressanto Gomes- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO 280/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 055/2017 celebrado em 31/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Bry Tecnologia S.A
 OBJETO: Serviços de atualização tecnológica, garantia e suporte técnico para a Plataforma de Segurança de Documentos Eletrônicos composta por um conjunto de recursos computacionais de *hardware* e *software* que possibilitem a implementação da Certificação Digital nos sistemas da ALESC, com as garantias de autenticidade, integridade, não repúdio e tempestividade, agregando eficácia jurídica aos conteúdos digitais.
 PRAZO: 12 meses a contas da assinatura do contrato.
 VALOR: R\$R\$ 251.900,00 que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 20.997,24 e as 11 (onze) parcelas restantes no valor de R\$ 20.991,16.
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo LIC nº 105/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 01369 (manutenção serviços e equipamentos de Informática). Elemento 0100 - 3.3.90.39.00 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica) e Subelementos 3.3.90.39.08 (manutenção de software) todos do orçamento da ALESC.
 Florianópolis, 08 de novembro de 2017.
 Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona- Diretor-Geral em exercício
 Felipe Cesar Martins- Diretor de Tecnologia e informações
 Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 281/2017

REFERENTE: Contrato nº 115/2017 celebrado em 31/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Bry Tecnologia S.A
 OBJETO: Serviços de atualização tecnológica, garantia e suporte técnico para a Plataforma de Segurança de Documentos Eletrônicos composta por um conjunto de recursos computacionais de *hardware* e *software* que possibilitem a implementação da Certificação Digital nos sistemas da ALESC, com as garantias de autenticidade, integridade, não repúdio e tempestividade, agregando eficácia jurídica aos conteúdos digitais.
 VIGÊNCIA: 01/11/2017 a 31/10/2018
 VALOR: R\$ 251.900,00 que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 20.997,24 e as 11 (onze) parcelas restantes no valor de R\$ 20.991,16.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso I; Leis nº 9.279/96 e 9.609/98; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016 e 101/2017; Inexigibilidade 055/2017 e; Autorização Administrativa através do Processo LIC nº 105/2017
 Florianópolis, 08 de novembro de 2017.
 Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona- Diretor-Geral em exercício
 Felipe Cesar Martins- Diretor de Tecnologia e informações
 Alexandre de Carlos Back- Diretor Presidente
 Lúcia Rampinelli Jeremias- Vice-Presidente

*** X X X ***

EXTRATO 282/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 062/2017 celebrado em 20/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (AEMC/SC)
 OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço institucional, incluindo o fornecimento de *stand*, na XIII edição da Assembleia Estadual do AEMC/SC que acontecerá no município de Pinhalzinho/SC, nos dias 21 e 22 do mês de outubro do corrente ano, mais precisamente no Pavilhão da EFACIP.
 VALOR: R\$ 10.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório LIC nº 123/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1124 (Divulgação Institucional das Ações do Legislativo). Elemento: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros. Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda), todos do orçamento da ALESC.
 Florianópolis, 08 de novembro de 2017.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 283/2017

REFERENTE: Contrato nº 113/2017 celebrado em 20/10/2017
 CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
 CONTRATANTE: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (AEMC/SC)
 OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço institucional, incluindo o fornecimento de *stand*, na XIII edição da Assembleia Estadual do AEMC/SC que acontecerá no município de Pinhalzinho/SC, nos dias 21 e 22 do mês de outubro do corrente ano, mais precisamente no Pavilhão da EFACIP.
 VALOR: R\$ 10.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através do processo licitatório LIC nº 123/2017; Termo de Inexigibilidade nº 062/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.
 Florianópolis, 08 de novembro de 2017.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Rafael Schmitz- Diretor Administrativo
 Geneci Ribeiro dos Santos- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO 284/2017

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 010/2017 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2017.

OBJETO: Aquisição de materiais de infraestrutura de redes de computação da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (1º de novembro de 2017).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e

demais normas, com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, subsidiariamente, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/13 e nº 8.250 de 23/5/14, nos Atos da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nº 128 de 2015, nº 131 de 2016 e 101 de 2017; Autorização para Processo Licitatório LIC nº 73 de 12/04/2017, além das demais disposições legais aplicáveis e no disposto no Edital de Pregão Presencial nº 022 de 06/07/2017.

LOTE 1				VALOR (R\$)	
ITEM	QTDE.	UNID.	PRODUTOS	UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	400	Peça	<p>Conector RJ45 Fêmea - cat6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura: 22,3 mm • Largura: 17 mm • Conexão traseira: Padrão 110 IDC em bronze fósforo estanhado, para condutores de 22 a 26 AWG • Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 • Material de contato elétrico: Bronze fosforoso com 50 iin (1,27 iin) de ouro e 100 iin (2,54 iin) de níquel • Diâmetro do Condutor: 26 a 22 AWG • Padrão de Montagem: T568A e T568B • Temperatura de Operação: -10°C a +60°C • Força de retenção entre Jack e plug: Mínimo 133 N • Quantidade de Ciclos: =750 RJ45 e =200 RJ11 =200 no bloco IDC • Resistência de Isolamento: 500 MΩ • Resistência de Contato: 20 mΩ • Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos • ISO/IEC 11801 • NBR 14565 • FCC parte 68 <p>Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: YJK-6UHD</p>	R\$ 11,76	R\$ 4.704,00
2	500	Peça	<p>Patch Cord 2,5 m - cat6 azul</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Conector: RJ45 • Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 • Cor: Azul • Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20 mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama; • Grau de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH • Quantidade de Pares: 4 pares, 24 AWG • Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50 iin (1,27 iin) de ouro e 100 iin (2,54 iin) de níquel • Material do corpo do Produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0 • Padrão de Montagem: T568A, T568B ou Cross-over • Temperatura de Operação: -10°C a +60°C • Quantidade de Ciclos: = 750 RJ45 • Resistência máxima do Condutor: 93,8 O/km • Impedância Característica: 100±15%Ω • Diferença no atraso de propagação entre os pares: 45 ns/100 m • Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos • ANSI/TIA/EIA-569 • ISO/IEC DIS 11801 • FCC part. 68 <p>Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: MTC-7160-2,5MT</p>	R\$ 14,72	R\$ 7.360,00
3	100	Peça	<p>Patch Cord 2,5 m - cat6 branco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Conector: RJ45 • Tipo de cabo: U/UTP Cat6 • Cor: Branco • Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20 mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama • Grau de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH • Quantidade de Pares: 4 pares, 24 AWG • Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50 iin (1,27 iin) de ouro e 100iin (2,54 iin) de níquel • Material do corpo do Produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0 • Padrão de Montagem: T568A, T568B ou Cross-over • Temperatura de Operação: -10°C a +60°C • Quantidade de Ciclos: = 750 RJ45 • Resistência máxima do Condutor: 93,8 O/km • Impedância Característica: 100±15%Ω • Diferença no atraso de propagação entre os pares: 45 ns/100 m • Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos • ANSI/TIA/EIA-569 	R\$ 14,72	R\$ 1.472,00

			<ul style="list-style-type: none"> ISO/IEC DIS 11801 FCC part. 68 <p>Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: MTC-7160-2,5MT</p>		
4	100	Peça	<ul style="list-style-type: none"> Patch Cord Furukawa 2,5 m - cat 6 amarelo Tipo de Conector: RJ-45 Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 Cor: Amarelo Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama Grau de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50 in (1,27 ìm) de ouro e 100 ìin (2,54 ìm) de níquel Material do corpo do Produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0 Padrão de Montagem: T568A, T568B ou Cross-over Temperatura de Operação: -10°C a +60°C Quantidade de Ciclos: = 750 RJ-45 Resistência máxima do Condutor: 93,8 O/km Impedância Característica: 100±15%O Diferença no atraso de propagação entre os pares: 45 ns/100 m Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC DIS 11801 FCC part. 68 <p>Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: MTC-7160-2,5MT</p>	R\$ 14,72	R\$ 1.472,00
5	30	Peça	<ul style="list-style-type: none"> Patch Cord 2,5 m - cat 6 verde Tipo de Conector: RJ-45 Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 Cor: Verde Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama Grau de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH Quantidade de Pares: 4 pares, 24 AWG Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50 ìin (1,27 ìm) de ouro e 100ìin (2,54 ìm) de níquel Material do corpo do Produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0 Padrão de Montagem: T568A, T568B ou Cross-over Temperatura de Operação: -10°C a +60°C Quantidade de Ciclos: = 750 RJ-45 Resistência máxima do Condutor: 93,8 O/km Impedância Característica: 100±15%O Diferença no atraso de propagação entre os pares: 45 ns/100m Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC DIS 11801 FCC part. 68 <p>Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: MTC-7160-5MT</p>	R\$ 14,72	R\$ 441,60
6	100	Peça	<ul style="list-style-type: none"> Patch Cord 5 m - cat6 azul Tipo de Conector: RJ-45 Tipo de cabo: U/UTP Cat.6 Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC não propagante a chama; Cor Azul; Grau de Flamabilidade: CM, CMR, LSZH-1 ou LSZH Quantidade de Pares: 4 pares, 24AWG Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50ìin (1,27 ìm) de ouro e 100 ìin (2,54 ìm) de níquel Material do corpo do Produto: Termoplástico transparente não propagante a chama UL 94V-0 - Padrão de Montagem: T568A, T568B ou Cross-over Temperatura de Operação: -10°C a +60°C Quantidade de Ciclos: = 750 RJ-45 Resistência máxima do Condutor: 93,8 O/km Impedância Característica: 100±15%O Diferença no atraso de propagação entre os pares: 45 ns/100 m Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ANSI/TIA/EIA-569 ISO/IEC DIS 11801 FCC part. 68 	R\$ 20,35	R\$ 2.035,00

			Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO? MTC-7160-5MT		
7	30	Caixa	Cabo de rede Gigalan - cat6. u/utp (caixa com 305 m) <ul style="list-style-type: none"> • Conductor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido, com diâmetro nominal de 23 AWG • Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0 mm. • Resistência de Isolamento: 10000 MO.km • Quantidade de Pares: 4 pares, 23 AWG • Blindagem: Não Blindado (U/UTP). • Capa: Constituído por PVC retardante a chama. • Diâmetro Nominal: 6.0 mm • Cor: Azul, Cinza, Amarelo, Bege, Branco, Laranja, Marrom, Preto, Vermelho, Verde. • Peso do Cabo: 42 kg/km • Classe de Flamabilidade: CM: norma UL 1581-Vertical tray Section 1160 (UL1685) • CMR: norma UL 1666 (Riser) • Desequilíbrio Resistivo Máximo: 5% • Resistência Elétrica CC Máxima do Conductor de 20°C: 93,8 O/km • Capacitância Mutua 1 kHz - Máximo: 56 pF/m • Desequilíbrio Capacitivo Par x Terra 1 kHz - Máximo: 3,3 pF/m • Impedância Característica: 100±15% O • Atraso de Propagação Máximo: 545 ns/100 m @ 10 MHz • Diferença entre o Atraso de Propagação - Máximo: 45ns/100 m • Prova de Tensão Elétrica entre Condutores: 2500 VDC/3s • Velocidade de Propagação Nominal: 68% • Tipo de Embalagem: Caixa de papelão FASTBOX • Quantidade por Bobina: 305 metros em caixa ou em bobinas. • Marcação de tamanho impresso no cabo. • Normas Aplicáveis: TIA-568-C.2 e seus complementos, ISO/IEC 11801, UL 444, ABNT NBR 14703 e ABNT NBR 14705. • Certificações: UL Listed - E160837 • ETL Listed - 3050027 • ETL Verified - J20021181 • ETL 4 conexões - 3073041 • ETL 6 conexões - 3118430 • Anatel - 0498-13-0256 Marca: FURUKAWA FABRICANTE: FURUKAWA MODELO: ET1568	R\$ 790,78	R\$ 23.723,40
8	20	Peça	Patch Panel 24 portas - cat6 <ul style="list-style-type: none"> • Altura: 24 portas: 43,7 mm (1 U de rack) • Largura: 482,6mm (19") • Espessura da Chapa: 1,5mm • Cor: Preta • Tipo de Conector frontal: RJ45 fêmea fixado a circuito impresso • Quantidade de posições: 24 (módulos de 8 portas) • Diâmetro do Conductor: 26 a 22 AWG • Padrão de Montagem: T568A e T568B • Temperatura de Operação: -10°C a +60°C • Força de retenção entre Jack e plug: Mínimo 133N • Quantidade de Ciclos: = 1000 RJ45 e = 200 RJ11 = 200 no bloco IDC • Resistência de Isolamento: 500 MO • Resistência de Contato: 20 mΩ • Resistência DC: 0,10 • Força de Contato: 0,98 N (100 g) • Normas Aplicáveis: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos • ISO/IEC 11801 • NBR 14565 • ANSI/TIA/EIA-606-A Marca: MAXITELECON FABRICANTE: MAXITELECON MODELO: YPPS-6UHT-6/24	R\$ 214,60	R\$ 4.292,00
TOTAL DO LOTE 1					R\$ 45.500,00

1ª REGISTRADA: Solaris Teleinformática Ltda.
 Endereço: Avenida Sagitário, nº 138, Cj 307, Torre 2, Alphaville Conde II, Barueri, SP, CEP 06473-073- fone/fax (11) 4963-0186
 correio eletrônico: licitação@solaristeleinformatica.com.br
 CNPJ/MF nº 11.099.588/0001-07
 Florianópolis, 09 de novembro de 2017
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral
 Felipe Cesar Martins- Diretor de Tecnologia e Informações
 Sr. Paulo Sergio Limão- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 285/2017

REFERENTE: 1º Termo aditivo celebrado em 31/10/2017, referente ao Contrato nº 044/2017-00, celebrado em 31/12/2014.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATADA: **Neovox Comunicação Ltda.**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade, em face do pedido formulado pela **CONTRATADA** e a devida autorização administração, alterar a razão social e do quadro societário da Contratada, permanecendo a empresa, a partir do presente aditamento, com a seguinte posição e razão social:

Onde se lê:

1.2. CONTRATADA: Neovox Comunicação Ltda., estabelecida na Rua Osmar Cunha nº 183, sala 601, bloco "C" - Centro - Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 72.116.965/0001-55, CEP 88015-100, telefones: 3224-8877, 98424-8877, e-mail: neovox@neovox.com.br, neste ato representado por seu Diretor Fábio Reis Olsen da Veiga.
 Leia-se:

1.2. CONTRATADA: Neovox Comunicação Fireli, estabelecida na Rua Osmar Cunha nº 183, sala 901, bloco "C" - Centro - Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 72.116.965/0001-55, CEP 88015-900, telefones: 3224-8877, 98424-8877, e-mail: neovox@neovox.com.br, neste ato representado pelo seu único sócio e titular Fábio Reis Olsen da Veiga, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG 5.776.411 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 579.266.209-63.

VIGÊNCIA: a contar de 1º/9/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, caput, da Lei 8.666/93; Item 10.1 do contrato original; Atos da Mesa nºs.128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através do despacho de autoria da Diretora de Comunicação Social no ofício expedido pela empresa Neo Vox, datado de 05/09/2017.

Florianópolis/SC, 9 de novembro de 2017

Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona- Diretor-Geral em Exercício

Thamy Soligo- Diretora de Comunicação Social

Fábio Reis Olsen da Veiga- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 286/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 063/2017 celebrado em 23/10/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA/SC)

OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço institucional, incluindo o fornecimento de *stand*, no II Seminário de Agroecologia das Escolas do Campo e Feira dos Produtos da Reforma Agrária que acontecerão no município de Chapecó/SC, nos dias 24, 25 e 26 do mês de outubro do corrente ano, mais precisamente na Associação Estadual das Mulheres Camponesas.

VALOR: R\$ 15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório LIC nº 124/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1124 (Divulgação Institucional das Ações do Legislativo). Elemento: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros. Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda), todos do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 09 de novembro de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 287/2017

REFERENTE: Contrato CL nº 114/2017 celebrado em 23/10/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA/SC)

OBJETO: Aquisição de cota de participação com uso de espaço institucional, incluindo o fornecimento de *stand*, no II Seminário de Agroecologia das Escolas do Campo e Feira dos Produtos da Reforma Agrária que acontecerão no município de Chapecó/SC, nos dias 24, 25 e 26 do mês de outubro do corrente ano, mais precisamente na Associação Estadual das Mulheres Camponesas.

VALOR: R\$ 15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através do processo licitatório LIC nº 124/2017; Termo de Inexigibilidade nº 063/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

Florianópolis, 09 de novembro de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Dilso Barcellos- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO 288/2017

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 057/2017 celebrado em 11/10/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Município de Forquilha (Prefeitura Municipal de Forquilha/SC)

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço institucional, incluindo estande, no evento denominado de "HEIMATFEST" (FESTAS DAS ORIGENS 2017), que será realizada na cidade de Forquilha/SC, no período de 12 a 15 de outubro de 2017, oportunidade que será realizada concomitante a Feira Comercial e Industrial do Município.

VALOR: R\$ 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório LIC nº 112/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1124 (Divulgação Institucional das Ações do Legislativo). Elemento: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros -

Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda), todos do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 09 de novembro de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO 289/2017

REFERENTE: Contrato CL nº 101/2017 celebrado em 11/10/2017

CONTRATADA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATANTE: Município de Forquilha (Prefeitura Municipal de Forquilha/SC)

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço institucional, incluindo estande, no evento denominado de "HEIMATFEST" (FESTAS DAS ORIGENS 2017), que será realizada na cidade de Forquilha/SC, no período de 12 a 15 de outubro de 2017, oportunidade que será realizada concomitante a Feira Comercial e Industrial do Município.

VALOR: R\$ 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 112/2017-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 057/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

Florianópolis, 09 de novembro de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Rafael Schmitz- Diretor Administrativo

Dinas Kammer- Prefeito

*** X X X ***

EXTRATO Nº 290/2017

REFERENTE: 6º Termo aditivo celebrado em 20/09/2017, referente ao Contrato nº 078/2013-00, celebrado em 31/12/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATADA: Evolution Geradores Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar a vigência do contrato que se refere à locação de dois containers, para um prazo de mais 12 (doze) meses, mais precisamente para o período compreendido entre 21 de setembro de 2017 e 20 de setembro de 2018.

VIGÊNCIA: a contar de 1º/9/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei 8.666/93; Item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e item 17.3 do edital de pregão 021/2013; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017e; Autorização administrativa através da Declaração s/nº datada de 06/09/2017.

Florianópolis/SC, 9 de novembro de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral Rafael Schmitz- Diretor Administrativo Tatiana Cadori Moser- Sócia

Francisco Miguel Liborio- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 291/2017

REFERENTE: 5º Termo aditivo celebrado em 14/09/2017, referente ao Contrato nº 021/2014-00, celebrado em 22/09/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATADA: Claro S.A

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato 021/2014-00, que se refere à habilitação de pontos de TV por assinatura a cabo, para um prazo de mais 12 (doze) meses, mais precisamente para o período compreendido entre 23/09/2017 e 22/09/2018.

VIGÊNCIA: a contar de 23/9/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do contrato original e item 15.7 do Edital de Pregão 020/2014; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através da Declaração s/nº de 29/08/2017 e OF. CST 301/2017.

Florianópolis/SC, 9 de novembro de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral Rafael Schmitz- Diretor Administrativo Eduardo Alcides Dall'Agno- Diretor Regional

Isabel Neves Maciel- Diretora de Operações

*** X X X ***

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio 12/2017.

PARTÍCIPES: A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina-ALESC e Prefeitura Municipal de Imaruí.

OBJETO: Cooperação técnico-profissional entre os Poderes Legislativo e a Prefeitura Municipal de Imaruí possibilitando a cedência recíproca de seus servidores efetivos ou empregados públicos.

VIGÊNCIA: O presente convênio vigorará com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/12/2017, podendo ser prorrogado.

SIGNATÁRIOS: **Deputado Silvio Dreveck** – Presidente da ALESC e **José Candemil Júnior** – Prefeito Municipal de Imaruí.

Florianópolis, 10 de Novembro de 2017.

Carlos Antonio Blofeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1900, de 08 de novembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1448	AMILTON GONCALVES	15	20/10/17	2919/2017
7134	AROLD BERNHARDT	15	03/10/17	2920/2017
0730	CLEIA MARIA BRAGANHOLO	30	09/10/17	2921/2017
1622	ELIAS BRUNO STEINBACH	45	09/10/17	2922/2017
1253	FRANCISCO JOAO DA ROSA	30	23/10/17	2923/2017
8229	KARINA JUDITH ABREU	14	10/10/17	2926/2017
1527	MARCELO AUGUSTO COSTA RICHARD	10	10/10/17	2927/2017
7082	SEBASTIÃO DAS GRAÇAS WOLFF	15	28/09/17	2929/2017
1917	LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS	07	23/10/17	2930/2017
1015	SERGIO MACHADO FAUST	90	04/10/17	2931/2017

Republicada por incorreção

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1954, de 10 de novembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ROSVITE INEZ MACHRY**, matrícula nº 1481, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JUCARA HELENA REBELATTO, MATRÍCULA Nº 2543, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias, a contar de 25 de outubro de 2017 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1955, de 10 de novembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **LISE HELENA VAUCHER PAIM**, matrícula nº 7180, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, SERGIO MACHADO FAUST, MATRÍCULA Nº 1015, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 90 (noventa) dias, a contar de 4 de outubro de 2017 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1956, de 10 de novembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ANA FLAVIA MARTINS DA SILVA**, matrícula nº 7518, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, CLEIA MARIA BRAGANHOLO, MATRÍCULA Nº 730, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias, a contar de 9 de outubro de 2017 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 0471.6/2017

Institui o Dia Estadual da Pessoa Ostimizada no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de novembro de cada ano como Dia Estadual da Pessoa Ostimizada.

Art. 2º As unidades de saúde do poder público estadual poderão promover atividades pertinentes à divulgação da data, promovendo a conscientização da população a respeito da ostomia, bem como os direitos da pessoa ostomizada.

Parágrafo único. O Dia de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

NEODI SARETTA
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 08/11/17

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade declarar o dia 16 de novembro como o Dia Estadual da Pessoa Ostimizada, no Estado de Santa Catarina.

Ostomia é uma intervenção cirúrgica que permite criar uma comunicação entre o órgão interno e o exterior, com a finalidade de eliminar resíduos do corpo humano, tendo diversos tipos específicos de procedimentos cirúrgicos ostomícos.

Grande parte da população não tem conhecimento sobre o que é a ostomia e os cuidados que envolvem a rotina da pessoa ostomizada, sendo necessário que os direitos da pessoa ostomizada sejam amplamente divulgados.

A pessoa ostomizada possui direitos específicos na aposentadoria, auxílio doença, saque do FGTS, saque do PIS/PASEP, compra de veículos adaptados ou especiais, isenção de IPI, passe livre, banheiro público adaptado, fornecimento gratuito de bolsas coletoras pelos planos de saúde e direitos de acessibilidade, os quais nem sempre são sabidos, devendo ser levados a conhecimento e acima de tudo, respeitados e cumpridos.

Dito isso, e visto a relevância da proposta, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

NEODI SARETTA
Deputado Estadual
*** X X X ***

PROJETO DE LEI 0472.7/2017

Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências", para dispensar o licenciamento ambiental das atividades de extração de cascalho, destinado exclusivamente ao revestimento primário de rodovias municipais.

Art. 1º Fica acrescido § 3º ao art. 29 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 29
....."

§ 3º As atividades de extração de cascalho, destinado exclusivamente ao revestimento primário de rodovias municipais, quando promovidas pela respectiva Prefeitura Municipal, ficam dispensadas do licenciamento ambiental." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ricardo Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/17

JUSTIFICATIVA

A manutenção das rodovias municipais, especialmente aquelas que demandam ao interior dos municípios e que servem como via de escoamento à produção agrícola gerada nas pequenas propriedades rurais, é uma das atividades mais onerosas para as prefeituras. Tal ônus não se manifesta apenas pela atividade em si, mas também com mais intensidade pela constante repetição dos serviços requeridos, tanto pela degradação da rodovia, em função do excesso de tráfego, quanto pelas intempéries climáticas.

Afora os dispêndios relacionados a máquinas, equipamentos, combustíveis e mão de obra envolvidos na atividade, não há como desconhecer as dificuldades relacionadas à identificação e ao transporte dos materiais mais adequados ao revestimento das rodovias.

O cascalho, de boa qualidade é o material mais adequado ao revestimento, mas não é abundante, nem está disponível nos locais de maior uso. Ele ocorre nas chamadas cascalheiras e sua utilização depende, como regra geral, de prévia licença ambiental.

Assim sendo, o presente Projeto de Lei, por um lado, restringe e, por outro, amplia o disposto na Lei nº 17.083, de 21 de janeiro de 2017. Na verdade, restringe as atividades de extração, que ficam limitadas à extração de cascalho para uso exclusivo na manutenção de rodovias municipais, e amplia a localização das jazidas, que podem estar em quaisquer áreas do município.

Certo da importância da proposição que ora apresento, peço aos nobres Pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Ricardo Guidi

*** X X X ***

TERMOS DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO Nº 005/2017

Termo de Doação de bens móveis com disponibilidade Patrimonial, declarados em desuso/inservíveis, que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e Grupo Integrado Obras Sociais - GIOS - SC

A **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88020-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.599.191/0001-87, neste ato representado por seu **Presidente Deputado Sílvio Dreveck**, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF sob o nº 076.611.349-34, doravante denominado **Doador**, e do outro lado o **Grupo Integrado Obras Sociais - GIOS**, com sede na Rua Almirante Lamego, 442, Centro, Município de Florianópolis - SC, CEP 88015-600, inscrito no CNPJ sob o nº 76.861.228/0001-38, neste ato representado pela sua Presidente, **Alzira Maria Miró Horn**, inscrita no CPF sob o nº 845.862.579-20, doravante denominada **Donatária**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Doação mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Doação, que se refere ao **Processo nº 004/2017**, firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Grupo Integrado Obras Sociais - GIOS, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, art. 17, inciso II, alínea "a", tem como objeto a alienação, por doação, dos seguintes bens móveis, declarados em desuso/inservíveis:

- 01 (uma) CPU; e
- 01 (um) monitor.

A presente alienação, por doação, se dá exclusivamente para fins e uso de interesse social, observada a oportunidade e conveniência sócio-econômica.

CLÁUSULA SEGUNDA OBRIGAÇÃO DO DOADOR

Pelo presente Termo o **Doador** transfere, de direito e de fato, a **Donatária** os objetos indicados na Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIA

Receber os referidos bens móveis e transportá-los até seu destino final, sem qualquer ônus para o **Doador**.

Utilizar os bens móveis objeto do presente Termo para os fins a que se destinam e se compromete a incorporá-los ao seu acervo patrimonial.

Os bens móveis doados não podem ser alienados senão depois de dois anos de vigência deste Termo de Doação.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir da sua publicação no Diário da ALESC.

E, por estarem justas e acordadas assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 03 de outubro de 2017.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente

Alzira Maria Miró Horn

Presidente Grupo Integrado Obras Sociais - GIOS

*** X X X ***

TERMO DE DOAÇÃO Nº 007/2017

Termo de Doação de bens móveis com disponibilidade Patrimonial, declarados em desuso/inservíveis, que entre si celebram a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

A **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88020-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.599.191/0001-87, neste ato representado por seu **Presidente, Deputado Sílvio Dreveck**, inscrito no CPF sob o nº 076.611.349-34, doravante denominado **Doador**, e do outro lado a **Prefeitura Municipal de Nova Trento**, com sede na Rua Santo Inácio, nº 126 - Praça Del Comune, Centro, Município de Nova Trento - SC, CEP 88270-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Gian Francesco Voltolini**, inscrito no CPF sob o nº 032.953.809-88, doravante denominado **Donatário**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo de Doação mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Doação, que se refere ao **Processo nº 015/2017**, firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Nova Trento, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, art. 17, inciso II, alínea "a", tem como objeto a alienação, por doação, dos seguintes bens móveis, declarados em desuso/inservíveis:

- 09 (nove) CPU's;
- 02 (dois) microcomputadores;
- 11 (onze) monitores;
- 02 (duas) impressoras; e
- 01 (um) projetor

A presente alienação, por doação, se dá exclusivamente para fins e uso de interesse social, observada a oportunidade e conveniência sócio-econômica.

CLÁUSULA SEGUNDA OBRIGAÇÃO DO DOADOR

Pelo presente Termo o **Doador** transfere, de direito e de fato, a **Donatário** os objetos indicados na Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Receber os referidos bens móveis e transportá-los até seu destino final, sem qualquer ônus para o **Doador**.

Utilizar os bens móveis objeto do presente Termo para os fins a que se destinam e se compromete a incorporá-los ao seu acervo patrimonial.

Os bens móveis doados não podem ser alienados senão depois de dois anos de vigência deste Termo de Doação.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir da sua publicação no Diário da ALESC.

E, por estarem justas e acordadas assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 09 de outubro de 2017.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente

Gian Francesco Voltolini

Prefeitura Municipal de Nova Trento

*** X X X ***